

RELATÓRIO & CONTAS

2025

INOVADORA CAPITAL – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas, excepto quando expressamente indicado)



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DO ANO DE 2025

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	3
1. NOTA INTRODUTÓRIA	8
2. SOBRE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	9
Bases de apresentação	9
Principais critérios valorimétricos	10
IMPARIDADES	18
PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
JUSTO VALOR DE OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR.....	19
3. DISPONIBILIDADES.....	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
5. OUTROS VALORES	21
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	23
7. OUTRAS OBRIGAÇÕES	24
8. CAPITAL SOCIAL	26
9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	26
10. RESULTADOS POTENCIAIS.....	27
11. FUNDOS PRÓPRIOS.....	27
12. RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA.....	28
13. CUSTOS COM PESSOAL	29
14. FORNECIMENTO DE TERCEIROS.....	31
15. IMPOSTOS E TAXAS	32
16. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES.....	33
17. PENALIDADES APLICADAS POR AUTORIDADES REGULADORAS.....	33
18. OUTROS GANHOS E PERDAS NÃO OPERACIONAIS	34
19. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
20. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS.....	36
21. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	37
22. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	37
ANEXOS.....	40

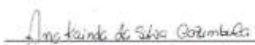
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025


INOVADORA CAPITAL - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, (SU), SA
Demonstrações da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

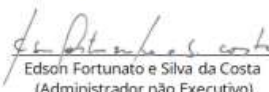
(Montantes expressos em milhares de kwanzas)

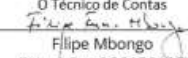
Descrição	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor bruto	Provisões, Imparidade, Amortizações e Depreciações	Valor líquido	Valor líquido
Activo					
Disponibilidades	3	160 331	-	160 330	153 811
Disponibilidades em Instituições Financeiras	3	160 331	-	160 331	153 811
Títulos e Valores Mobiliários	4	686 699	-	686 699	560 351
Disponíveis para Venda	4	686 699	-	686 699	560 351
Títulos de Rendimento Fixo	4	686 699	-	686 699	560 351
Títulos de Dívida Pública	4	686 699	-	686 699	560 351
Outros Valores	5	284 188	-	284 188	77 934
Outros Valores de Natureza Fiscal	5	14 694	-	14 694	1 227
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização	5	269 494	-	269 494	76 707
Activo Fixo Tangíveis e Intangíveis	6	92 538	-55 619	36 918	46 036
Activos Fixos Tangíveis	6	54 680	-31 669	23 011	21 998
Activos Intangíveis	6	37 858	-23 950	13 907	24 038
Total do activo		1 223 755	-55 619	1 168 135	838 132
Passivo, Interesses Minoritários e Fundos Próprios					
Adiantamento de Clientes	7	6 489	-	6 489	6 489
Adiantamentos de Clientes	7	6 489	-	6 489	6 489
Outras Obrigações	7	379 959	-	379 959	247 562
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	7	44 711	-	44 711	12 395
Outras Obrigações de Natureza Cível	7	218 972	-	218 972	141 609
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização	7	116 276	-	116 276	93 558
Total do passivo		386 448		386 448	254 051
Capital Social	8	100 000	-	100 000	100 000
Outros Instrumentos	9	500 000	-	500 000	500 000
Reservas e Fundos	11	30 000	-	30 000	-
Resultados Potenciais	10	71 549	-	71 549	53 923
Resultado Líquido do Exercício	11	179 980	-	179 980	142 156
Resultados Transitados	11	-99 842	-	-99 842	-211 998
Total dos fundos próprios	11	781 686	-	781 686	584 080
Total do passivo, Fundos Próprios e Interesses Minoritários		1 168 134	-	1 168 135	838 132

O Conselho de Administração


Ana Kainda da Silva Cazumbula
(Presidente do Conselho de Administração)


António Narciso Pena Francisco
(Administrador Executivo)


Edson Fortunato e Silva da Costa
(Administrador não Executivo)

O Técnico de Contas

Filipe Mbongo
(Inscrição nº 20150127)

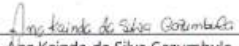
Luanda, 25 de Março de 2026


INOVADORA CAPITAL - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, (SU), SA Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2025 e 2024


(Montantes expressos em milhares de kwanzas)

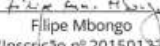
Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	12	100 681	85 147
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	12	100 681	85 147
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	12	-	-79
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	12	-	-79
MARGEM FINANCEIRA		100 682	85 067
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	12	2 697	-3 890
Resultados de Instrumentos Financeiros Activos	12	2 697	-3 890
Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários	12	2 697	-3 890
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	12	619 102	518 321
Proveitos de Prestação de Serviços	12	693 061	543 533
Custos de Comissões, Corretagens e Custódias	12	73 958	25 212
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		621 799	514 430
Custos Administrativos e de Comercialização		542 054	441 005
Pessoal	13	316 264	214 891
Fornecimentos de Terceiros	14	167 599	192 054
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	15	18 838	10 874
Depreciações e Amortizações	16	24 353	23 125
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	17	15 000	62
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS		542 054	441 005
RESULTADO OPERACIONAL		180 426	158 493
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18	-446	-16 337
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS		179 980	142 156
Encargos sobre o Resultado Corrente	20	-	-
Impostos sobre o Resultado	20	-	-
RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO		179 980	142 156

O Conselho de Administração


Ana Kainda da Silva Cazumbula
(Presidente do Conselho de Administração)


António Narciso Pena Francisco
(Administrador Executivo)


Edson Fortunato e Silva da Costa
(Administrador não Executivo)

O Técnico de Contas

Filipe Mbongo
(Inscrição nº 20150127)

Luanda, 25 de Março de 2026

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – excepto quando expressamente indicado) - As notas anexas
fazem parte destas demonstrações financeiras





INOVADORA CAPITAL - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, (SU), SA
Demonstração de Mutuações de Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

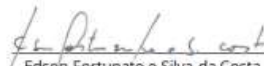
Rubricas	Nota	Capital Social	Prestações Acessórias	Lucros/Prejuízos acumulados	Resultado Líquido	Reservas e Fundos	Ano 2025	
							Resultados Potenciais - Ajustes ao Valor	Total do Fundo Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		100 000	500 000	-211 998	142 156	-	53 923	584 081
Recebimentos do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Prestações Acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	11	-	-	-	179 980	-	-	179 980
Movimentos no período:								
Transferência dos Resultados do Exercício Anterior	11	-	-	112 156	-142 156	30 000	-	-
Resultados Potenciais	11	-	-	-	-	-	17 626	17 626
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		100 000	500 000	-99 842	179 980	30 000	71 549	781 686

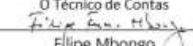
Rubricas	Nota	Capital Social	Prestações Acessórias	Lucros/Prejuízos acumulados	Resultado Líquido	Reservas e Fundos	Ano 2024	
							Resultados Potenciais -	Total do Fundo Próprio
Saldo em 31 de Dezembro 2023		100 000	500 000	-	-211 998	-	-	388 002
Recebimentos do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Prestações Acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	11	-	-	-	142 156	-	-	142 156
Movimentos no período:								
Transferência dos Resultados do Exercício Anterior	11	-	-	-211 998	211 998	-	-	-
Resultados Potenciais	11	-	-	-	-	-	53 923	53 923
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		100 000	500 000	-211 998	142 156	-	53 923	584 081

O Conselho de Administração


Ana Kainda da Silva Cazumbala
(Presidente do Conselho de Administração)


António Narciso Pena Francisco
(Administrador Executivo)


Edson Fortunato e Silva da Costa
(Administrador não Executivo)

O Técnico de Contas

Filipe Mbongo
(Inscrição nº 20150127)

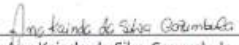
Luanda, 25 de Março de 2026


INOVADORA CAPITAL - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, (SU), SA
Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

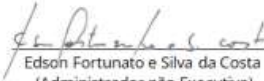
(Montantes expressos em milhares de kwanzas)

Designação	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		97 061	84 516
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		97 061	84 516
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		-	-1 379
Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-1 379
FLUXO DE CAIXA DE MARGEM FINANCEIRA		97 061	83 137
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo		4 019	-
Fluxo de Caixa do Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários		4 019	-
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		551 654	534 887
Recebimentos de Proveitos de Serviços Financeiros Prestados		600 967	534 887
Pagamentos de Custos de Comissões, Corretagens e Custódias		-49 314	-
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-544 919	-485 366
Pagamentos ao Pessoal		-203 847	-200 052
Pagamentos de Fornecimentos de Terceiros		-181 182	-233 535
Pagamentos de Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		-144 890	-51 780
Pagamentos de Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		-15 000	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		-544 919	-485 366
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		-87 683	-4 872
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	4	11 484	316 378
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	4	-99 167	-321 250
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		-87 683	-4 872
Fluxo de Caixa de Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis		-13 613	-8 339
Fluxo de Caixa da Aquisição de Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis		-13 613	-8 339
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS		-13 613	-8 339
Efeitos das diferenças cambias		0	9 850
Saldo em Disponibilidades no Início do Exercício		153 811	24 515
Saldo em Disponibilidades no Fim do Exercício		6 519	129 296
SALDO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO	3	160 330	153 811

O Conselho de Administração


Ana Kainda da Silva Cazumbula
(Presidente do Conselho de Administração)


António Narciso Pena Francisco
(Administrador Executivo)


Edson Fortunato e Silva da Costa
(Administrador não Executivo)

O Técnico de Contas

Filipe Mbongo
(Inscrição nº 20150127)

Luanda, 25 de Março de 2026

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2025

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Inovadora Capital – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A. (adiante designada por Inovadora Capital ou Sociedade) foi constituída por Escritura Pública n.º Insc. 1 Ap. 133/230419, de 19 de Abril de 2023, tendo sofrido uma alteração parcial do seu pacto social por meio da Escritura Pública n.º Insc. 2 Ap. 352/230811, de 10 de Agosto de 2023.

A sociedade foi constituída com um capital social de Kz 100.000.000,00 (cem milhões de kwanzas). Em Novembro de 2023, os sócios realizaram Prestações acessórias à sociedade, sujeitas ao regime jurídico das prestações suplementares no montante de Kz 500.000.000,00 (quinhentos milhões de kwanzas), totalizando assim Kz 600.000.000,00 (seiscentos milhões de kwanzas) de fundos próprios.

A Inovadora Capital encontra-se registada na Comissão do Mercado de Capitais (CMC) sob o n.º 03/SDVM/CMC/08-2023, estando legalmente habilitada a exercer as atividades atribuídas às Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários, operando sob a forma de Sociedade Unipessoal desde 31 de Agosto de 2023.

A sociedade tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços permitidos às sociedades distribuidoras de valores mobiliários, designadamente no âmbito de:

- Recepção de transmissão de ordens por conta de outrem;
- A execução de ordens por conta de outrem em mercado regulamentados ou fora deles;
- A negociação para carteira própria;
- O registo, depósito, bem como serviços de guarda;

- Assistência em ofertas públicas e a consultoria sobre a estrutura de capital, estratégia industrial;
- A colocação sem garantia em ofertas públicas;
- A concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;
- Os serviços de câmbios indispensáveis a realização das actividades anteriores;
- A celebração de contratos de intermediação com sociedades correctoras de valores mobiliários para realização, por intermédio destas, de operações junto da bolsa de valores, por conta própria ou por conta e ordem dos seus clientes;
- Representação de investidores não residentes, em operações no mercado de capitais.

2. SOBRE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025 e 2024 que se apresentam neste relatório, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Inovadora Capital-Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários- (SU), S.A, mantidos de acordo com o Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias, doravante (IFNB), nos termos do Regulamento da CMC n° 10/16 de 6 de Julho, juntamente com a Instrução n° 001/CMC/03/2020 sobre a estrutura das contas do IVA.

A Inovadora Capital no presente ano de 2025, cumpre com o princípio contabilístico da comparabilidade, consignados no Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias, doravante (IFNB).

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras que adiante se apresentam, foram os seguintes:

a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções efectuadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda nacional com base na taxa ou câmbio indicativa publicada pelo BNA na data de cada uma das operações.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas utilizando-se as taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BNA à data da prestação de contas. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamento ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício em referência. O câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola com referência à data de 31 de Dezembro de 2025 estão conforme o mapa abaixo:

Data	Moeda	Taxa de Câmbio
31/12/2025	USD	912,286
31/12/2025	EUR	1 069,522

Data	Moeda	Taxa de Câmbio
31/12/2024	USD	912,000
31/12/2024	EUR	949,483

b) Activos fixos tangíveis e intangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações/depreciações são calculadas pelo método de quotas constantes a partir do momento de entrada em funcionamento dos bens, calculado por duodécimos, tendo sido aplicadas as taxas de amortização constantes no Decreto Presidencial nº 207/15 que estabelece o regime de reintegrações e amortizações aplicável aos bens do activo imobilizado.

c) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e disponibilidades em outras instituições financeiras englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a um ano a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito. A Sociedade dispõe ainda de uma conta fiduciária, por se tratar de disponibilidade de clientes, os montantes são registadas em rubricas extrapatrimoniais por não reunirem as condições de reconhecimento como activo financeiro da Sociedade (Nota 21 Rubricas Extrapatrimoniais).

d) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos no exercício de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios e à medida que são gerados, independentemente do momento em que foram recebidas ou pagas as respectivas receitas ou despesas. As diferenças encontradas entre o montante reconhecido no exercício como proveito ou custo e as receitas ou despesas realizadas são contabilizadas em contas de proveitos e encargos a repartir por períodos futuros.

e) Imposto sobre os lucros

A Inovadora Capital-Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários- (SU), S.A., encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Industrial – Regime Geral, sendo assim, o imposto é calculado com base na matéria colectável utilizando uma taxa nominal de 25%.

O Imposto apurado refere-se ao exercício corrente.

A entrega deste imposto é feita por autoliquidação aquando da entrega do Modelo 1 correspondente a este exercício.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período, calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do relato financeiro.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes registados dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, o reconhecimento apenas se verifica quando existem expectativas razoáveis de existência de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores, conforme disposto no artigo 48º do código do imposto industrial.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Com a alteração do CII, para efeitos de apuramento da estimativa de impostos, foram adoptados os seguintes pressupostos em conformidade com o entendimento e informação disponível à data do balanço:

- Variações cambiais não realizadas;
- Variações potenciais das rubricas de reavaliação dos activos e passivos indexados à moeda estrangeira excluídas das operações vencidas no período; e
- A reavaliação da posição líquida de activos e passivos em moeda estrangeira no período.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o período findo em 31 de Dezembro de 2025, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 25%.

f) Outros impostos

A Inovadora Capital, está igualmente sujeita a impostos indirectos, nomeadamente o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), impostos aduaneiros bem como outros impostos/taxas em vigor.

g) Substituição tributária

No âmbito da sua actividade, a Inovadora Capital, assume o papel de substituto tributário ou responsável tributário na medida em que efectua retenção na fonte dos impostos e outros tributos que se referem a terceiros entregando-os posteriormente ao Estado.

De acordo com a Lei nº 19/14, de 22 de Outubro do Código do Imposto Industrial (II), no nº 1 do artigo 67º, e com a actualização da Lei nº 26/20, as prestações de serviços estão sujeitas a retenção na fonte á taxa de 6,5%.

h) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração de Fluxos de Caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total do saldo da rubrica de Disponibilidades.

i) Carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis negociação e disponíveis para venda devem ser ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

- à adequada conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos para negociação;
- à conta destacada de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários do cálculo do imposto diferido, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando de sua venda definitiva ou maturidade. Quando existem indícios objectivos de que o instrumento se encontra em imparidade, a perda potencial acumulada na rubrica destacada de fundos próprios, é desreconhecida e registada em resultados do exercício, sendo que as posteriores variações potenciais negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. As perdas por imparidade registadas são revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do activo resultante de um evento ocorrido após a determinação de imparidade.

Para fins do ajuste previsto no item anterior, a metodologia de apuramento do valor de mercado deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levem em consideração a

independência na colecta de dados em relação às taxas praticadas em suas salas de mercado, devendo ser utilizado como parâmetro:

- o preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- o valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo de apreçamento (formação de preços);
- o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Para o exercício em análise, a Inovadora Capital apenas detém nas suas contas títulos classificados ao justo valor através de outro rendimento integral (disponível para a venda).

Identificação e mensuração de imparidade

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada e significativa ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e
- ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto prolongado e significativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. A política contabilística prevê a existência de indícios objectivos de que o instrumento está em imparidade, quando a

variação do valor de mercado situar-se abaixo dos 30% do custo de aquisição por um período cumulativo de 12 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em fundos próprios, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante por perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, conforme mencionado acima, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Transferências entre categorias:

A Sociedade apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de

justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Desreconhecimento:

A Sociedade desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém o controlo dos activos financeiros. A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expiradosj) Comissões sobre prestações de serviços

Os proveitos provenientes de comissões por intermediações financeiras são, reconhecidas quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referirem.

IMPARIDADES

A instituição deve avaliar os seus activos periodicamente, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vistas a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. Sempre que possível, o valor recuperável deve ser estimado para cada item do activo. Independentemente de qualquer indício de imparidade, a instituição deve:

a) Testar os activos incorpóreos com vida indeterminada ou ainda não disponíveis para o uso, mediante a comparação do seu valor contabilístico e o valor recuperável;

b) Testar o goodwill adquirido. Em 2025 não foram identificadas transacções ou saldos desta natureza.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são apresentadas nesta nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

JUSTO VALOR DE OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR.

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor

temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os saldos registados na rubrica Disponibilidades apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Disponibilidades em Instituições Financeiras	160 330	153 811
Depósitos à Ordem em Kwanzas	99 712	141 852
Depósitos à Ordem em Moeda Estrangeira (USD)	60 619	11 959
Total	160 330	153 811

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Disponibilidades em Instituições Financeiras” era integralmente constituída por depósitos à ordem mantidos junto de Instituições Financeiras Bancarias Nacionais os quais não são remunerados.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os títulos e valores mobiliários eram compostos por Títulos de Dívidas Públicas, classificados como disponíveis para venda. Os activos estão mensurados ao justo valor, em conformidade com a última cotação disponibilizada pelo site da BODIVA.

Rubricas	2025	2024
Aplicações no Mercado Mobiliários		
Títulos de Dívida Pública		
Disponíveis para Venda	686 699	560 351
Valor nominal	550 511	462 170
Juros Corridos e Prémio / Desconto	40 793	44 258
Variações ao Justo Valor	95 395	53 923
Total	686 699	560 351

Abaixo segue o mapa resumo onde espelha a maturidade residual dos instrumentos, e outro as características dos títulos.

	Inferior a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	39 080	647 620	-	686 699
Saldo a 31 de Dezembro de 2025	-	-	39 080	647 620	-	686 699
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos				560 351	-	560 351
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	-	-	-	560 351	-	560 351

31-12-2025	Emissor	Domicilio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa Média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos Prémio Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral											
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo											
De emissores públicos											
	Estado	Angola	Governo	AOA	n.a.	17,89%	550 511	574 728	40 793	95 395	686 699
31-12-2024	Emissor	Domicilio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa Média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos Prémio Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral											
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo											
De emissores públicos											
	Estado	Angola	Governo	AOA	n.a.	20,00%	462 170	492 136	44 258	53 923	560 351

5. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros Valores" apresenta a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Outros Valores		
Outros Valores de Natureza Fiscal	14 694	1 227
Impostos a Recuperar - Retenção na fonte de cliente (L 19/14)	14 694	1 227
Outros Valores de Natureza Cível	239 040	55 286
Adiantamento a Fornecedores	2 473	946
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização	27 919	11 499
Despesas Antecipadas	27 919	11 499
Internet, Web, E-mail/dominios	220	348
Apoio técnico/Subscrição de software	25 073	8 309
Seguros	2 625	2 842
Acréscimos de Proveitos	62	8 976
Acréscimos de Proveitos - Comissões a faturar	62	8 976
Total	284 188	77 934

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros Valores" inclui os seguintes itens:

- Outros Valores de Natureza Fiscal, no montante de Kz 14.694 milhares, registaram, comparativamente a 2024, uma variação de Kz 13.466 milhares. Parte desta variação deve-se ao facto de a empresa ter efetuado o pagamento da liquidação provisória do Imposto Industrial, bem como ao aumento das retenções na fonte (6,5%) efetuadas pelos clientes no momento da liquidação das faturas.
- Outros valores de natureza cível, no montante de Kz 239.040 milhares, representa o montante em dívida de clientes a receber. Verifica-se uma variação de Kz 183.754 milhares, comparativamente a 2024. Sendo que o montante em dívida de Kz 226 251 é com o accionista.
- Acréscimos de proveitos – correspondem a proveitos relacionados com comissões de intermediação na compra e venda, cujas facturas ainda não se encontravam emitidas à data do fecho do exercício. Em 2025, o montante ascende a Kz 62 milhares, comparativamente a Kz 8.976 milhares registados em 2024.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Activo		
Activos Intangíveis	37 858	36 372
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	36 372	36 372
Activos Intangíveis em curso	1 485	-
Rede - Infra-estrutura (Informatica)	1 485	-
Activos Tangíveis	43 122	40 930
Equipamento Administrativo/Informatico	18 930	14 208
Equipamentos de carga e transportes	695	695
Outros Equipamento	23 497	26 028
Activos Tangíveis em curso	11 558	-
Rede - Infra-estrutura (Informatica)	11 558	-
Amortizações e Depreciações Acumuladas	-55 619	-31 266
Activos Intangíveis	-23 950	-12 334
Activos Tangíveis	-31 669	-18 932
Total	36 918	46 036

No quadro seguinte, são apresentados os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizado, incluindo as respectivas amortizações/depreciações acumuladas, durante o exercício de 2025:

Ano 2025

Rubricas	Valor bruto		Depreciações/Amortizações			Valor liquido		
	Saldo em 31/12/2024	Aquisições/transferências	Saldo em 31/12/2025	Amortizações anterior	Amortização do exercício	Amortizações Acumuladas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
Activo								
Activos Intangíveis	36 372	-	36 372	-12 334	-11 617	-23 950	24 038	13 907
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	36 372	-	36 372	-12 334	-11 617	-23 950	24 038	12 422
Activos Intangíveis em Curso	-	1 485	1 485	-	-	-	-	1 485
Activos Tangíveis	40 931	2 191	43 122	-18 932	-12 736	-31 669	21 998	11 454
Equipamento Administrativo/Informatico	14 208	2 191	16 399	-3 441	-4 190	-7 632	10 766	8 768
Equipamentos de Carga e Transportes	695	-	695	-29	-174	-203	666	492
Outros equipamento/Obras	26 028	-	26 028	-15 462	-8 372	-23 834	10 566	2 194
Activos Tangíveis em Curso	-	11 558	11 558	-	-	-	-	11 558
Total	77 303	13 750	91 053	-31 266	-24 353	-55 619	46 036	36 918

Ano 2024

Rubricas	Valor bruto		Depreciações/Amortizações			Valor líquido		
	Saldo em 31/12/2023	Aquisições/transfêrencia	Saldo em 31/12/2024	Amortizações anterior	Amortização do exercício	Amortizações Acumuladas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Activo								
Activos Intangíveis	12.505	23.867	36.372	-818	-11.515	-12.334	9.002	24.038
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	9.821	26.551	36.372	-818	-11.515	-12.334	9.002	24.038
Activos Intangíveis em Curso	2.684	-2.684	-	-	-	-	2.684	-
Activos Tangíveis	60.360	36.617	40.930	-142	-18.790	-18.932	4.172	21.998
Equipamento Administrativo/Informático	2.964	11.244	14.208	-120	-3.322	-3.441	2.844	10.766
Equipamentos de Carga e Transportes	-	695	695	-	-29	-29	-	666
Outros equipamento/Obras	1.350	24.678	26.028	-23	-15.440	-15.462	1.328	10.566
Activos Tangíveis em Curso	56.047	-56.047	-	-	-	-	56.047	-
Total	131.596	1.753	77.303	-961	-30.305	-31.266	71.905	46.036

A rubrica “Ativos Tangíveis e Intangíveis em Curso” é composta pela reestruturação da rede de infraestrutura informática, no montante de Kz 11.558 milhares, referente a ativos tangíveis, e Kz 1.485 milhares, relativos a ativos intangíveis.

Os valores registados na rubrica de aquisições/transfêrencias correspondem aos seguintes investimentos:

- Equipamentos administrativos e informáticos, no montante de Kz 1.686 milhares;
- Conjunto de cortinas e estores, no montante de Kz 505 milhares.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica das Outras Obrigações tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Outras Captações	6 489	6 489
Adiantamentos de Clientes	6 489	6 489
Outras Obrigações	379 960	247 562
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	44 711	12 395
Imposto Industrial - retenção na fonte de serviços 6.5%	451	2 281
IRT - Trabalho dependente	7 061	6 039
Seguranca social (INSS) - 11%	2 223	1 993
IVA	11 127	2 082
Provisão para Encargos Fiscais a Pagar - Diferido	23 850	-
Outras Obrigações de Natureza Cível	218 972	141 609
Credores pela Prestação de Serviços/bens	116 974	39 611
Despesas com pessoal suportados pelo Banco Sol	101 801	101 801
Credores pela Prestação de Serviços - Comissão INC	197	197
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comerciali	116 276	93 558
Outras especializações do exercício (FST, outros)	60 230	37 512
Outras especializações do exercício (Imob. em curso)	56 047	56 047
Total	386 449	254 052

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outras Obrigações" inclui:

- a) Kz 6.489 milhares, referente a adiantamento de clientes;
- b) Kz 20.862 milhares, referente a valores a pagar ao Estado em 2025 sendo Kz 12.395 milhares para o exercício de 2024. Relativamente ao IVA, observa-se uma variação de Kz 9.045 milhares. Esta variação decorre da alteração na periodicidade declarativa do referido imposto: em 2024, o imposto devido era pago no mês seguinte (30 dias), enquanto em 2025 o prazo de pagamento passou para 45 dias. Assim, à data de 31/12/2025, o imposto devido corresponde aos meses de Novembro e Dezembro de 2025.
- c) Kz 23.850 em Provisão para Encargos Fiscais a Pagar – Diferido. Este montante corresponde ao montante apurado do imposto diferido concernente aos resultados potencias.

- d) Kz 116.974 milhares, registados em Credores pela Prestação de Serviços/Bens em 2025, comparativamente a Kz 39.611 milhares no exercício de 2024, evidenciando uma variação de Kz 77.363 milhares. Esta variação resulta essencialmente dos valores em dívida a fornecedores à data de 31/12/2025. Em 2025, foi celebrada uma nova contratação, cujo pagamento integral será efetuado em 2026.
- e) Kz 101.801 milhares, correspondente ao montante de custos com o pessoal da sociedade que o accionista suportou no ano de 2023;
- f) Kz 60.230 milhares, em outros custos, correspondentes aos serviços de auditoria, outras despesas a pagar;
- g) Kz 56.047 milhares, a pagar ao Banco Sol, referente aos investimentos/despesas no acto da constituição da sociedade.

8. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2025, o capital social da sociedade, no montante de Kz 100.000 milhares, é representado por 50.000 acções, com o valor nominal de Kz 2.000 cada, estando integralmente subscrito e realizado pelo Banco Sol, seu único accionista.

Rubricas	Nº acções	Valor nominal	%
Banco Sol	50 000	100 000	100%
Total	50 000	100 000	100%

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica compreendem as Prestações Acessórias sujeitas ao regime jurídico das prestações suplementares realizadas pelo Banco Sol em Novembro de 2023, para reforço dos fundos próprios da sociedade.

Rubricas	2025	2024
Banco Sol	500 000	500 000
Total	500 000	500 000

As Prestações Acessórias sujeitas ao regime jurídico das prestações suplementares realizadas não vencem juros e não têm uma data de reembolso definida

10. RESULTADOS POTENCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Resultados Potenciais apresenta a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Resultados Potenciais	95 398	53 923
Imposto Diferido	-23 850	-
Total	71 549	53 923

O montante de Kz 71.549 milhares em 2025 e Kz 53.923 milhares em 2024 reconhecidos na rubrica "Resultados Potenciais" resulta do ajustamento ao justo valor dos títulos da carteira própria classificados como "mantidos para venda", conforme descrito na Nota 4. Este ajustamento foi efetuado com base na última cotação vigente à data de 31 de Dezembro de 2025 de 31 de Dezembro de 2024, respectivamente. Sendo apurado em 2025 o imposto diferido no montante de Kz 23.850 milhares. A taxa nominal do referido imposto é de 25% sobre os resultados potenciais.

11. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ano 2025								
Rubricas	Nota	Capital Social	Prestações Acessórias	Lucros/Prejuízos acumulados	Resultado Líquido	Reservas e Fundos	Resultados Potenciais - Ajustes ao Valor	Total do Fundo Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		100 000	500 000	-211 998	142 156	-	53 923	584 081
Recebimentos do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Prestações Acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	11	-	-	-	179 980	-	-	179 980
Movimentos no período:								
Transferência dos Resultados do Exercício Anterior	11	-	-	112 156	-142 156	30 000	-	-
Resultados Potenciais	11	-	-	-	-	-	17 626	17 626
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		100 000	500 000	-99 842	179 980	30 000	71 549	781 686

Ano 2024								
Rubricas	Nota	Capital Social	Prestações Acessórias	Lucros/Prejuízos acumulados	Resultado Líquido	Reservas e Fundos	Resultados Potenciais -	Total do Fundo Próprio
Saldo em 31 de Dezembro 2023		100 000	500 000	-	-211 998	-	-	388 002
Recebimentos do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Prestações Acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	11	-	-	-	142 156	-	-	142 156
Movimentos no período:								
Transferência dos Resultados do Exercício Anterior	11	-	-	-211 998	211 998	-	-	-
Resultados Potenciais	11	-	-	-	-	-	53 923	53 923
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		100 000	500 000	-211 998	142 156	-	53 923	584 081

O saldo da rubrica "Fundos Próprios", em 31 de Dezembro de 2025, é de Kz 791.686 milhares, refletindo uma variação positiva de Kz 197.605 milhares em relação ao exercício anterior.

Essa variação resulta, essencialmente, do lucro apurado no montante de Kz 179.980 milhares e do ajustamento ao justo valor reconhecido em "Resultados Potenciais", no montante líquido de Kz 71.549 milhares, referente a títulos da carteira própria classificados como mantidos para venda.

12. RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	100 681	85 147
Juros de Títulos e Valores Mobiliários	100 681	85 147
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	-	-79
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-79
Prestação de Serviços e Consultorias Comissão de Gestão	693 061	543 533
Outros proveitos e comissões	693 061	543 533
Custos de Comissões, Corretagens e Custódias	73 958	25 212
Outras Comissões	73 958	25 212
Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis	2 697	-3 890
Total	722 480	599 498

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Juros de Títulos e Valores Mobiliários" inclui o montante de Kz 100.681 milhares. Comparativamente ao mesmo período do ano de 2024, teve um crescimento de 18.24%.

Na mesma data, a rubrica "Outros Proveitos e Comissões" inclui o montante de Kz 693.061 milhares para 2025 e 543.533 milhares para 2024, referente aos serviços prestados a terceiros, conforme discriminado no mapa abaixo:

Rubricas	2025	2024
Comissões de operação de repo	27 773	15 823
Comissões de transferência interna e externa	52 116	4 104
Comissões de intermediação de compra e venda	241 966	126 944
Comissões juros de cupão	320 690	366 880
Comissões de reembolso	50 514	29 098
Comissões de liquidação portal do investidor	-	683
Total	693 061	543 533

13. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Remunerações	277 357	183 710
Empregados	172 743	93 944
Órgãos Sociais	104 613	89 766
Encargos Sociais	19 154	13 598
Empregados	11 823	6 921
Órgãos Sociais	7 331	6 678
Formação	1 350	4 108
Outros custos com pessoal	18 404	13 475
Total	316 264	214 891
Nº Colaboradores (*)	27	29
(*) 11 órgãos sociais, 2 B.Sol e 14 INC	-	-

A rubrica "Custos com Pessoal" inclui os salários e os subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente: subsídio de transporte, subsídio de férias e o mês de férias bem como o proporcional para o mês de férias não gozadas. Para o exercício de 2025, estes custos totalizam Kz 277.357 milhares, face aos Kz 183.710 milhares registados em 2024.

Importa realçar que esta variação resulta das novas contratações efetuadas ao longo do exercício de 2025.

Encargos sociais (8% INSS) no montante de Kz 19.154 milhares.

Despesas com formação no montante de Kz 1.350 milhares.

Outros custos com o pessoal, no total de Kz 18.404 milhares, incluem:

- Seguros de Saúde: Kz 8.450 milhares
- Seguro de Acidente de Trabalho: Kz 1.522 milhares
- Outras despesas com pessoal: Kz 8.432 milhares. As outras despesas com o pessoal estão relacionadas com as despesas de alimentação para copa, brindes do pessoal, jantar de natal entre outros.

14. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Fornecimentos de Terceiros		
Comunicações	7 291	22 578
Água	581	585
Combustível e outros fluidos	74	15
Publicações, Publicidade e Propaganda	19 386	15 170
Segurança, Conservação e Reparação	672	928
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados	119 015	137 570
Licenças/Web Site/ Email/outros	11 722	8 139
Outros Fornecimentos de Terceiros	8 858	7 069
Total	167 599	192 054

Relativamente aos Fornecimentos de Terceiros, podemos concluir através do quadro acima que a rubrica "Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados" são dos que mais contribuíram para estes custos.

A rubrica "Auditorias, Consultorias e Outros Serviços" inclui o montante de Kz 119.015 milhares. Sendo que os mesmos estão discriminado no mapa abaixo:

Descrição	2025	2024	Variação
Serviço de Consultoria	25 521	25 120	401
Serviço de Auditoria	46 611	61 532	-14 921
Serviço apoio informático	4 200	3 850	350
Serviço de Prospeção de Mercado	-	6 929	-6 929
Serviços especializados - assistencia softwar	42 683	40 139	2 544
Total	119 015	137 570	-18 555

Importa realçar que os custos relacionados com a auditoria, comparativamente ao exercício de 2024, registaram uma diminuição na ordem de Kz 14.921 milhares.

Esta redução deve-se à mudança do auditor externo em 2024. Pois em 2024

foram contabilizados, por um lado, a factura referente ao primeiro semestre do antigo auditor.

As despesas com comunicação totalizam Kz 7.291 milhares, enquanto os gastos com publicações, publicidade e propaganda ascendem a Kz 19.386 milhares.

Relativamente a licenças, webmail, hospedagem de site, gestão de e-mails e serviços associados, foi registado um montante de Kz 11.722 milhares.

A rubrica "Outros Fornecimentos de Terceiros", que engloba materiais de escritório e outros consumíveis, totaliza Kz 8.858 milhares.

15. IMPOSTOS E TAXAS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Impostos e Taxas	18 838	10 935
CMC	2 910	2 846
Outras taxas/impostos	15 928	8 089
Total	18 838	10 935

Os gastos relacionados com a taxa cobrada pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) totalizam Kz 2.910 milhares. Importa referir que a fatura correspondente à taxa do segundo semestre de 2025 foi reconhecida com base em uma estimativa (acrécimo) no montante de Kz 1.455 milhares, tomando como referência a fatura do primeiro semestre, uma vez que, à data de 31/12/2025, a fatura ainda não havia sido recebida pela contabilidade.

A rubrica "Outras Taxas e Impostos" totaliza Kz 15.928 milhares. Importa referir que o aumento verificado nesta rubrica, em comparação com o ano

de 2024, deve-se aos impostos suportados sobre as transferências efetuadas para o exterior, relativas ao pagamento de faturas ao fornecedor InfoTech Financial Technologies Ltd, bem como o reconhecimento do IAC relacionado ao exercício de 2025.

16. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Activos Intangíveis	11 617	11 515
Activos Tangíveis	12 736	11 610
Total	24 353	23 125

As amortizações e depreciações foram calculadas em conformidade com o Decreto Presidencial n.º 207/15.

O total das amortizações relativas aos activos intangíveis ascende a Kz 11.617 milhares, enquanto as depreciações dos activos tangíveis totalizam Kz 12.736 milhares.

O aumento nas amortizações e depreciações entre 2025 e 2024 justifica-se pelos investimentos realizados pela Inovadora Capital ao longo do exercício de 2025.

17. PENALIDADES APLICADAS POR AUTORIDADES REGULADORAS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	15 000	62
Taxas - CMC	15 000	62
Total	15 000	62

O montante de Kz 15.000 milhares em 2025, resulta de uma multa aplicada pela entidade reguladora (CMC).

18. OUTROS GANHOS E PERDAS NÃO OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Outros ganhos não operacionais	4 390	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	2 008	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis:	1 172	-
Não realizadas	1 172	-
Outros	1 210	-
Outras perdas não operacionais	4 835	16 337
Diferenças de câmbio desfavoráveis:	3 248	6 348
Realizadas	3 248	5 038
Não realizadas	-	1 310
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	8 315
Despesas bancárias	1 548	1 372
Outros	39	302
Total	-446	-16 337

Relativamente aos outros ganhos e perdas não operacionais, estes são compostos pelos seguintes elementos:

- Outros ganhos não operacionais (Ajustes de Exercícios Anteriores, Diferenças cambias e Outros): Kz 4.390 milhares em 2025. Comparativamente ao ano 2024 a variação não é aplicada visto não se observa gastos desta natureza. Sendo que o montante de Kz 2.008 milhares, deve ao facto de regularizações de faturas de fornecedores de 2024.
- Diferenças cambiais realizadas: Kz 3.248 milhares;
- Despesas bancárias: Kz 1.548 milhares;
- Outros custos não operacionais: Kz 39 milhares.
- Outras perdas não operacionais totalizaram Kz 4.835 milhares em 2025, comparativamente a Kz 16.337 milhares em 2024, evidenciando uma variação de Kz 11.502 milhares.

Em 2024, foram efetuados ajustamentos e reclassificações de bens que se encontravam inicialmente reconhecidos como imobilizados em curso, no início da actividade, tendo os mesmos sido posteriormente reconhecidos como custos.

19. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o montante global de activos e passivos e resultados ou operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Rubricas	Entidades	2025	2024
Activos		386 903	214 551
Disponibilidade		156 967	151 909
Banco Sol - (Nota 3)	Banco Sol	156 967	151 909
Outros valores		229 935	62 643
Banco Sol - (Nota 5)	Banco Sol	1 058	62 643
Banco Sol - (Nota 5)	Banco Sol	226 251	-
Sol Seguros, S.A. - (Nota 5)	Sol Seguros, S.A.	2 626	-
Capitais Próprios		600 000	600 000
Capital social - (Nota 8)	Banco Sol	100 000	100 000
Prestações suplementares - (Nota 9)	Banco Sol	500 000	500 000
Passivo		-158 418	-157 847
Outras obrigações		-157 847	-157 847
Banco Sol - (Nota 7)	Banco Sol	-157 847	-157 847
Comissão a pagar ao Banco Sol - (Nota 7)	Banco Sol	-571	-
Total		828 485	656 704
Proveitos - (Nota 11 e 13)		341 787	147 200
Banco Sol - Outros proveitos e comissões	Banco Sol	316 290	119 024
Sol Seguros, S.A. - Outros proveitos e comissões	Sol Seguros, S.A.	25 497	28 176
Custos - (Nota 11 e Nota 13)		-12 091	-10 665
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	Banco Sol	-	-1 461
Despesas bancárias - Banco Sol	Banco Sol	-1 548	-3 534
Custos de Comissão a pagar ao Banco Sol	Banco Sol	-571	-
Sol Seguros, S.A. - Seguros de Saúde	Sol Seguros, S.A.	-8 450	-4 829
Sol Seguros, S.A. - Seguro de Acidente de trabalho	Sol Seguros, S.A.	-1 522	-840
Total		329 696	136 535

As transações com partes relacionadas são realizadas em conformidade com os preços e práticas de mercado.

O Custos com o pessoal reactivos aos Órgãos Sociais encontra-se evidenciados na Nota 13, página 26.

20. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Resultado contabilístico	179 980	142 156
Correcções para efeitos fiscais		
A somar:		
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais		
Seguros do ramo de vida e saúde (artigo 18.º) CII	8 450	4 829
Imposto Industrial (artigo 18.º) CII	-	-
Imposto sobre Aplicação de Capitais (artigo 18.º) CII	7 829	2 044
Impostos suportados pela empresa (artigo 18.º) CII	5	2 611
Multas e encargos sobre infrações (artigo 18.º) CII	15 000	62
Despesas indevidamente documentadas (artigo 17.º) CII	43	630
Variações cambiais desfavoráveis não realizadas (artigo 14.º) CII	-	1 310
Ajustamento de preços de transferência	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado dedutíveis nos termos do CIVA	-	0
Outros acréscimos	39	8 616
A deduzir:		
Proveitos sujeitos a IAC (artigo 47.º) CII	100 681	85 147
Variações cambiais favoráveis não realizadas (artigo 13.º) CII	1 172	-
Prejuízos fiscais (artigo 48.º) CII	142 430	219 542
Matéria Colectável	-32 937	-142 430
Taxa nominal de impostos	25,00%	25,00%
Taxa efectiva de impostos	n.a.	n.a.

No presente exercício, a empresa não tem Imposto Industrial a pagar, em virtude de ter registado prejuízos fiscais no exercício de 2023. De acordo com a legislação vigente, os prejuízos fiscais são dedutíveis no período de até cinco anos.

Importa ainda referir que os proveitos e custos sujeitos ao Imposto sobre Aplicação de Capitais (IAC) não contribuem de base para o cálculo do Imposto Industrial.

As variações cambiais não realizadas não são aceites para efeitos de apuramento do Imposto Industrial.

Os demais acréscimos, em sua maioria, referem-se a ajustamentos relacionados com exercícios anteriores, os quais, conforme estabelecido pela legislação vigente do Código do Imposto Industrial (CII), não são considerados custos fiscalmente aceites.

21. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024	Variação %
Responsabilidade de terceiros			
Garantias recebidas	314 287	28 957	285 331
Responsabilidade de terceiros			
Depósitos e Guarda de Valores	228 910 735	221 024 148	7 886 586

Relativamente à rubrica de Extrapatrimoniais, o montante de Kz 228.910.735 milhares refere-se ao justo valor dos títulos da carteira de clientes.

Adicionalmente, o montante de Kz 314.287 milhares corresponde às garantias recebidas de terceiros (Conta fiduciária).

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Principais eventos 2026

- (i) Com a entrada em vigor da Lei n.º 14/25, de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2026 (LOGE 2026), foi revogado o n.º 3 do artigo 27.º do Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), aprovado e republicado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro.

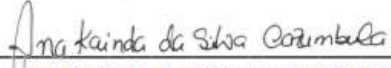
Nos termos do n.º 3 do artigo 41.º da LOGE 2026, a taxa do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) passa a ser fixada em 10%, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2026.


- (ii) Após a data do balanço, registaram-se desenvolvimentos relevantes no contexto geopolítico do Médio Oriente, com a intensificação do conflito envolvendo os Estados Unidos, Israel e o Irão, resultando no encerramento parcial do Estreito de Ormuz e num aumento da pressão sobre as principais rotas energéticas globais. Esta conjuntura provocou uma subida acentuada do preço do petróleo Brent, decorrente do maior risco de interrupção no transporte marítimo.

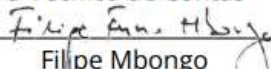
Para Angola, este ambiente internacional poderá traduzir-se temporariamente em receitas petrolíferas superiores às previstas no OGE 2026. No entanto, observam-se também potenciais impactos negativos indirectos, designadamente no sector agrícola, devido ao agravamento dos custos da energia e dos fertilizantes, cujas cadeias de abastecimento dependem igualmente daquela rota estratégica.


Não obstante esta volatilidade internacional, até à presente data não se verificam impactos directos nos instrumentos detidos pela Sociedade nem na sua actividade. A Administração continuará a acompanhar a evolução da situação e a avaliar eventuais repercussões futuras sobre a actividade da Sociedade.

O Conselho de Administração


Ana Kainda da Silva Cazumbula
(Presidente do Conselho de Administração)


António Narciso Pena Francisco
(Administrador Executivo)

O Técnico de Contas

Filipe Mbongo
(Inscrição nº 20150127)


Edson Fortunato e Silva da Costa
(Administrador não Executivo)

Luanda 25 de Março 2026

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2025

INOVADORA CAPITAL - SDVM (SU), SA
RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE A
31 DE DEZEMBRO DE 2025

ÍNDICE

Mensagem do Conselho de Administração	6
1.Estrutura Accionista	8
a) Estrutura de Modelo de Governação	8
1.1.Órgãos Sociais	10
2.Principais Políticas	12
2.1.Regulamento Interno e Código Deontológico.....	12
2.2.Política de Gestão de Conflitos de Interesses	12
2.3.Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais,do Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa	13
2.4.Política de Transparência e Divulgação de Informação.....	13
3.Sistemas de Controlo Interno.....	14
3.1.Gestão de Risco.....	14
3.2.Compliance	15
3.3.Auditoria Interna	16
4.Autorizações concedidas para a celebração de negócios entre a sociedade e os seus administradores.....	16
5.Recursos Humanos	17
5.1.Distribuição de colaboradores por Categoria	18
6.A Economia e o Mundo.....	19
6.1.Mercados Emergentes e África Subsaariana.....	23
6.2.A Economia Angolana.....	24
6.2.1.Crescimento Económico em 2024–2025.....	25
6.2.2.Projeções para 2026.....	26
6.2.3.Inflação e Política Monetária	26

6.2.4.Desafios e Riscos	26
7.Mercado de Capitais em Angola.....	27
7.1.Desempenho da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva)	27
7.1.1.Montante Negociado.....	27
7.1.2.Emissão de Títulos e Instrumentos de Dívida.....	29
7.1.3.Cultura Financeira e Educação no Mercado de Capitais	29
8.Desempenho da Inovadora Capital – SDVM.....	30
8.1.Negócios realizados	30
8.2.Montante Custodiado.....	31
8.2.1.Carteira de Cliente	31
8.2.2.Carteira Própria	32
9.Actividades e Factos Relevantes.....	32
10.Análise Financeira	33
11.Factos Relevantes ocorrido após o termo do Exercício.....	35
12.Aquisições e alienações de bens, os seus motivos e condições	35
13.Perspectivas Para 2026	36
14.Proposta de Aplicação de Resultados	37
15.Agradecimentos.....	37
16.Outorgamento	38

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2025

Em cumprimento do disposto na legislação em vigor e nos termos previstos nos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração, apresenta o presente Relatório de Gestão, que descreve as actividades desenvolvidas, os principais acontecimentos verificados e o desempenho alcançado no exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2025.

A Inovadora Capital – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A. encontra-se registada na Comissão do Mercado de Capitais (CMC) sob o n.º 03/SDVM/CMC/08-2023, estando autorizada, desde 31 de Agosto de 2023, a exercer a actividade de Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, sob a forma de Sociedade Unipessoal.

A sociedade tem por objecto social a realização das operações e serviços consentidos as sociedades distribuidoras de valores mobiliários, relativos a valores mobiliários, nomeadamente:

- Recepção de transmissão de ordens por conta de outrem;
- A execução de ordens por conta de outrem em mercado regulamentados ou fora deles;
- A negociação para carteira própria;
- O registo, depósito, bem como serviços de guarda;
- Assistência em ofertas públicas e a consultoria sobre a estrutura de capital, estratégia industrial;
- A colocação sem garantia em ofertas públicas;
- A concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;
- Os serviços de câmbios indispensáveis a realização das actividades anteriores;

- A celebração de contratos de intermediação com sociedades correctoras de valores mobiliários para realização, por intermédio destas, de operações junto da bolsa de valores, por conta própria ou por conta e ordem dos seus clientes;
- Representação de investidores não residentes, em operações no mercado de capitais.

Mensagem do Conselho de Administração

Prezados Membros dos Órgãos Sociais, Parceiros, Colaboradores e Clientes da Inovadora Capital,

O exercício económico de 2025 decorreu num contexto macroeconómico exigente, marcado por desafios estruturais persistentes, mas também por avanços importantes no processo de estabilização económica e reforço das bases para um crescimento mais inclusivo e sustentável em Angola.

O retorno aos mercados internacionais de dívida, materializado através da emissão de Eurobonds no montante aproximado de USD 1,75 mil milhões, foi caracterizada por níveis de procura significativamente superiores ao montante emitido, Este movimento contribui para a visibilidade externa do país, podendo produzir efeitos indiretos sobre o apetite por activos financeiros angolanos e sobre a dinâmica de financiamento.

No plano doméstico, verificaram-se iniciativas adicionais de emissão de instrumentos de dívida pública, incluindo Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, enquadradas na estratégia de financiamento do Orçamento Geral do Estado. Medidas que influenciam as condições de liquidez e a formação de taxas de referência.

Relativamente ao mercado de capitais doméstico, o crescimento da actividade do mercado na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), com volumes significativamente maiores e operações relevantes de Oferta Pública de Venda(OPV).

No domínio regulatório e de supervisão, mantêm-se em curso iniciativas institucionais e normativas promovidas pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC), com relevância para os participantes do mercado.

Neste enquadramento, a Inovadora Capital consolidou a sua posição no Mercado de Capitais Angolano, desempenhando um papel activo na intermediação financeira, e no reforço da transparência e da confiança no sistema financeiro nacional.

Continuaremos a investir de forma consistente na valorização do nosso capital humano, através da formação contínua e do desenvolvimento de competências técnicas e éticas, convictos de que os nossos colaboradores são o principal pilar do crescimento sustentável da Instituição.

O Conselho de Administração reafirma o seu compromisso com a consolidação da Inovadora Capital, como uma referência no mercado financeiro angolano, apoiando a diversificação da economia, o crescimento das MPMEs e a criação de valor sustentável para todos os stakeholders.

Agradecemos a confiança dos nossos Clientes, Parceiros, do nosso Accionista e dos nossos Colaboradores, cujo o empenho e dedicação foram determinantes para os resultados alcançados.

Que 2026, seja um ano de maior estabilidade económica, progresso social e novas oportunidades para Angola e para a Inovadora Capital

1. Estrutura Accionista

Em 31 de Dezembro de 2025, o capital social da Inovadora Capital, no valor de Kz 100.000.000,00, representado por 50.000 acções com o valor nominal de Kz 2.000 cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Accionista único, Banco Sol S.A.

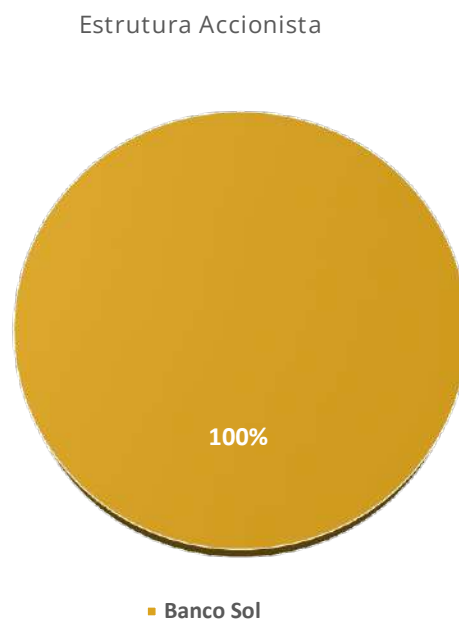


Gráfico n. °1- Estrutura Accionista

a) Estrutura de Modelo de Governação

A sociedade adopta uma estrutura de governança transparente e adequada à dimensão, natureza e complexidade das suas actividades, integrando um sistema de informação e controlo interno que garante que a gestão e o controlo das operações sejam realizados de forma eficaz e prudente.

A estrutura orgânica da Inovadora Capital foi estabelecida tendo em consideração a evolução temporal e a complexidade das actividades preconizadas no modelo de negócio, com adequada segregação de funções.

Para enfrentar os desafios que se impõem, a Inovadora Capital conta essencialmente com um capital humano experiente, dedicado e comprometido em proporcionar as melhores experiências aos seus clientes, por meio da

implementação de estratégias eficazes e inovadoras para o sucesso dos seus negócios.

Missão

Mudar a forma como o público vê o investimento e pensa no futuro. Levar as pessoas e empresas a investir em si, planeando o futuro, focando-se na acumulação de activos, na sua protecção, rentabilidade e na sua diversificação.

Visão

Ser líder do negócio de Distribuição de Valores Mobiliários em Angola, na vertente de volumes de negociação e contratos negociados.

Valores

Os valores da Inovadora Capital estão representados nas letras que compõem o nome: (I) de inovação e dinamismo; (C) de confiança integridade e de fidelização ao cliente.

Cultura

A Inovadora Capital promove a adopção de princípios, valores e uma estrutura organizacional que visam a gestão criteriosa, sã, prudente e sustentada das actividades, com base num Sistema de Controlo Interno adequado e proporcional à natureza das actividades desenvolvidas, dimensão e serviços prestados, bem como, uma conduta profissional responsável e prudente pautada por elevados padrões de exigência ética, consagrados no Código de Conduta.

1.1. Órgãos Sociais

À data de 31 de dezembro de 2025, a composição dos Órgãos Sociais da Inovadora Capital era a seguinte:

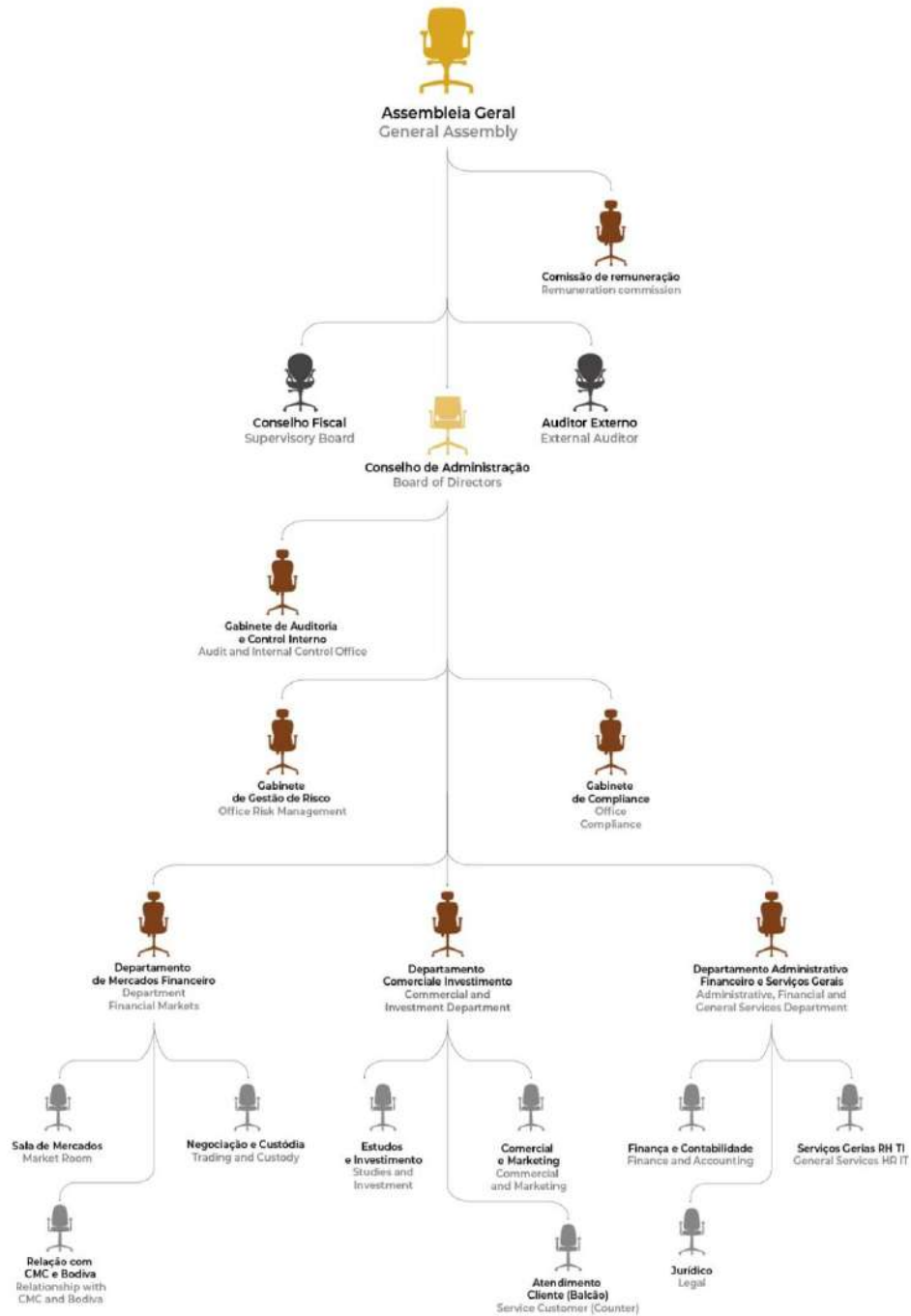
Assembleia Geral	
Presidente	(*) ¹
Secretário	Gésio Geovany Monteiro Bártolo
Conselho de Administração	
Presidente	Ana Kainda da Silva Cazumbula
Administrador Não executivo	Edson Fortunato e Silva da Costa
Administrador Executivo	António Narciso pena Francisco
Conselho Fiscal	
Presidente	Francisco Jerónimo Paulo
Vogal	Eva Cristina Silva de Carvalho Morais
Vogal	João Artur Camilo Gonçalves
Vogal Suplente	Carmen da Conceição do N. António de Azevedo
Vogal Suplente	Félix Domingos Baptista Miguel
Comissão de Remuneração	
Presidente	José Fernandes Bento
Vogal	Yuri Makiesse Abrão Londa
Vogal	Mariana Bernardo de Kerlan Adão Fernandes
Auditor Externo	
Ernst & Young Angola, Lda.	

Tabela n. °1- Composição dos Órgãos Sociais

¹ Em representação a Sr. Paula Tavares Monteiro designada pelo Accionista por carta Mandatária

O organograma da sociedade tem a seguinte estrutura:

Gráfico n. °2- Organograma



2. Principais Políticas

A adesão às políticas e procedimentos internos é factor crítico de sucesso, juntamente com a busca pela melhoria contínua e adaptação à realidade do dia a dia em Angola; tendo por base, a constante monitorização da sua implementação. Todas as nossas iniciativas foram formuladas com o objectivo de transformar o utilizador final em um aliado da nossa estratégia, para criar uma marca que conquista e mantém a sua confiança.

Para este fim, a Inovadora Capital tem implementado dentre outras, as seguintes políticas:

2.1. Regulamento Interno e Código Deontológico.

O Regulamento Interno e Código Deontológico é entregue a todos os colaboradores no momento da sua contratação, estabelecendo as regras de organização e funcionamento, competências e deveres, aplicados a Sociedade, enquanto entidade patronal, bem como a todos os Colaboradores ao seu serviço que com ela tenham um vínculo laboral emergente do contrato individual de trabalho.

O documento supracitado tem por objecto estabelecer as normas e procedimentos que deverão ser observados na Inovadora Capital., funcionamento e disciplina da actividade laboral, bem como o estabelecimento dos direitos e deveres dos Colaboradores e do empregador, estipulando as consequências do seu não exercício ou incumprimento.

2.2. Política de Gestão de Conflitos de Interesses

A Política de Gestão de Conflitos de Interesses estabelece as regras a observar pelas “Pessoas Afectas” no exercício das suas atribuições, designadamente:

- Todos os membros dos órgãos sociais;
- Todos os trabalhadores da Sociedade;
- Qualquer pessoa que preste serviços à Sociedade em regime de subcontratação;

- Qualquer pessoa que preste serviços e que trabalhando sob seu controlo e responsabilidade assegure a prestação de serviços incluídos na actividade da Inovadora Capital.

Por forma a evitar ou reduzir ao mínimo o risco de ocorrência de situações potencialmente geradoras de conflitos de interesses, a Sociedade pauta-se por um conjunto de princípios e regras no exercício da sua actividade, nomeadamente: a) Primazia dos interesses do Cliente, b) Prestação de informação transparente, c) Proibição de ocupação de cargos potencialmente conflitantes noutras sociedades, d) Utilização de informação, e) Contratação de serviços ou produtos.

2.3. Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa na Inovadora Capital, procede à explicitação dos conceitos de actividades de branqueamento de capitais, de actos ilícitos e financiamento ao terrorismo e estabelecimento de deveres da prevenção desses actos.

Tendo em conta as graves consequências do Branqueamento de Capitais, Financiamento do terrorismo e a Proliferação de Armas de Destruição em Massa no Sistema Financeiro, a Inovadora Capital considera ser um dever de todos os seus Colaboradores, na sua actividade diária e no âmbito das suas funções, ter em conta e agir em conformidade com a legislação nacional e internacional, assim como as orientações descritas nas políticas internas nesta matéria, no sentido de prevenirem a utilização dos produtos e serviços disponibilizados pela Instituição para efeitos dessas práticas.

2.4. Política de Transparência e Divulgação de Informação

A Política de Transparência e Divulgação de Informação, visa assegurar a transparência nas acções da Inovadora Capital, SDVM, e promover a confiança e credibilidade entre os órgãos sociais, colaboradores, clientes e o público em geral.

Configura-se como objecto de divulgação toda informação legalmente obrigatória e de carácter voluntário. Essa comunicação é realizada por meio de documentos escritos que descrevem detalhadamente os actos e factos, permitindo que as partes interessadas compreendam e avaliem adequadamente as informações apresentadas.

Com a presente Política pretende-se:

- Assegurar que a Inovadora Capital possui e incentiva métodos adequados para a obtenção, tratamento e divulgação da informação ao público, incluindo as exigências de reporte à entidade de supervisão;
- Promover a cultura de transparência no ambiente interno da sociedade distribuidora;
- Garantir a divulgação de informações completas, confiáveis, actualizadas, pontuais, consistentes e acessíveis, que ofereçam uma visão abrangente da estratégia, do perfil de risco, da situação financeira para todas as partes interessadas;
- Estimular o acompanhamento e a avaliação periódica da eficácia dos procedimentos implementados, garantindo a correcção célere de quaisquer deficiências detectadas.

3. Sistemas de Controlo Interno

3.1. Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco da Inovadora Capital é exercida, designadamente, pelo Gabinete de Gestão de Risco, subordinada à Política de Gestão de Risco e complementarmente a Política de Controlo Interno e Manual de Estrutura Orgânica.

Enquanto segunda linha de defesa, a Gestão de Risco constitui parte integrante do processo de monitoramento do Sistema de Controlo Interno, com as seguintes atribuições específicas:

- a) Definir, acompanhar e avaliar riscos e medidas de mitigação de riscos, mantendo o alinhamento com as políticas e estratégias aprovadas tendo em conta a natureza, dimensão e complexidade da actividade da Inovadora Capital em cada momento.
- b) Garantir a consistência dos princípios, dos conceitos, das metodologias e das ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio e avalia se os riscos identificados pelas unidades de negócio estão dentro dos níveis de tolerância definidos pela Inovadora Capital, classificando-os de acordo com a sua prioridade, probabilidade e impacto.
- c) Reportar os riscos ao Conselho de Administração e promove a implementação eficaz do sistema de gestão de risco e uma cultura de risco em estreita colaboração com os Conselho de Administração e Conselho Fiscal, as suas unidades de negócio e demais entidades do Grupo.

3.2. Compliance

A função de Compliance constitui parte integrante do processo de monitorização do Sistema de Controlo Interno e, enquanto segunda linha de defesa:

- a) É responsável pela detecção, prevenção e a mitigação dos “riscos de Compliance”, que se traduzem no risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas.
- b) Promove a cultura de cumprimento da Inovadora Capital e o respeito dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas da Inovadora Capital.

3.3. Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna da Inovadora Capital encontra-se corporizada no Gabinete de Auditoria Interna, regendo-se pela Política de Controlo Interno, e pelas respectivas políticas e estatutos orgânicos consubstanciados nos regulamentos internos da Inovadora Capital.

A função de auditoria interna constitui parte integrante do processo de monitorização do Sistema de Controlo Interno e, enquanto terceira linha de defesa:

- a) Assegura, de forma independente e com autonomia, as funções de auditoria aos processos de negócio, suporte e controlo, para, em conjunto, avaliar e concluir sobre a eficácia dos processos de governação e gestão do risco, e eficácia e eficiência do sistema de controlo interno, na resposta aos riscos que poderão colocar em causa o alcance dos objectivos da Inovadora Capital, a eficácia e eficiência das operações, a salvaguarda dos activos, a fiabilidade do reporte financeiro, e a conformidade com a lei e regulamentação.
- b) Avalia, de forma independente e sistemática, o funcionamento adequado dos sistemas de controlo interno e gestão de risco da Inovadora Capital, bem como a eficiência e eficácia da implementação dos controlos e ações de mitigação e reporta ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Os responsáveis pelas funções de controlo interno pertencem à Direcção de topo da Inovadora Capital, dispõem dos poderes necessários ao desempenho das suas funções, e exercem as suas funções em regime de exclusividade e de forma independente, prestando informação directa e aconselhamento regular ao Conselho de Administração.

4. Autorizações concedidas para a celebração de negócios entre a sociedade e os seus administradores

No período em referência, não foram concedidas autorizações nem registados quaisquer negócios celebrados entre a sociedade e os seus administradores.

5. Recursos Humanos

O quadro de colaboradores da Inovadora Capital a 31 de Dezembro 2025, registou um total de 27 colaboradores, correspondendo à uma redução de 6,9% comparativamente ao ano de 2024.

Durante o ano em análise, foram registados oito (8) processos de cessão de contrato de trabalho por iniciativa do colaborador e paralelamente foram admitidos cinco (5) novos colaboradores.

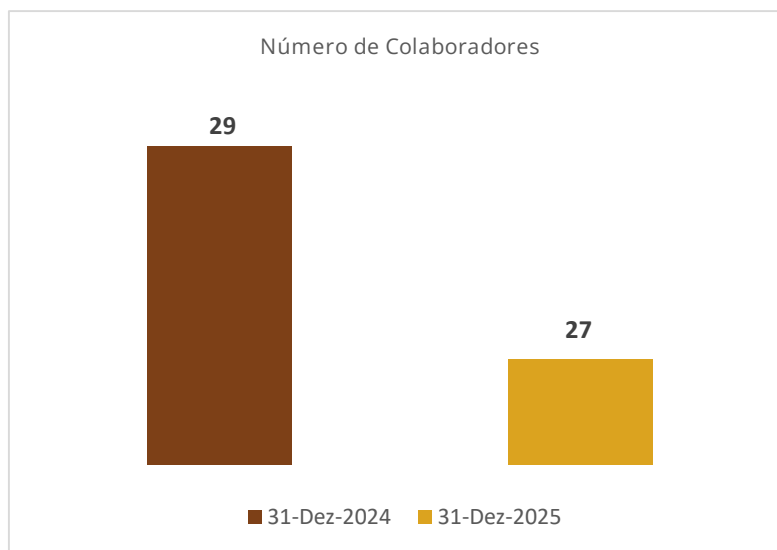


Gráfico n.º3- Número de Colaboradores

5.1. Distribuição de colaboradores por Categoria

O quadro de pessoal é composto por 27 colaboradores, distribuídos da seguinte forma: Órgãos Sociais, com 11 membros (41%); Diretores, com 4 colaboradores (15%); Responsáveis, com 1 colaborador (4%); Técnicos, com 10 colaboradores (37%); e Auxiliar de Serviços Gerais, com 1 colaborador (3,7%).

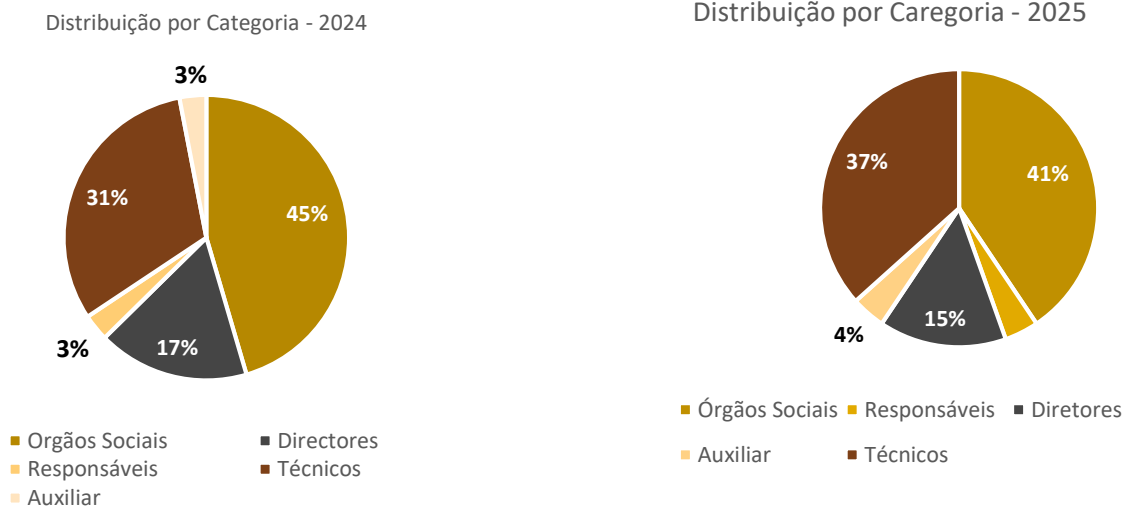


Gráfico n. °4- Distribuição de colaboradores por Categoria

Quanto a distribuição dos colaboradores por gênero, em 2025 manteve-se a predominância do gênero masculino com representação de 67% do total de colaboradores, sendo que o gênero feminino esteve acentuado em 33%.

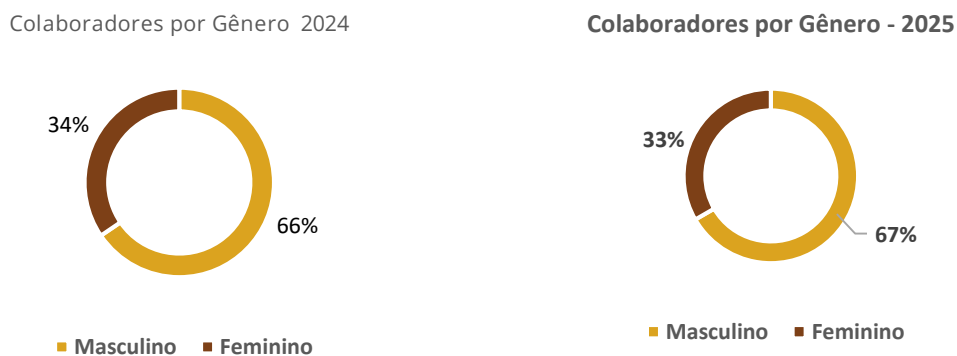


Gráfico n. °5- Colaboradores por Gênero

Relativamente à faixa etária dos colaboradores, em 2025 registou-se a idade média fixa em 34 anos indicando um aumento na ordem 2% face a 2024. Em termos de distribuição por escalões etários, conforme ilustrado abaixo:

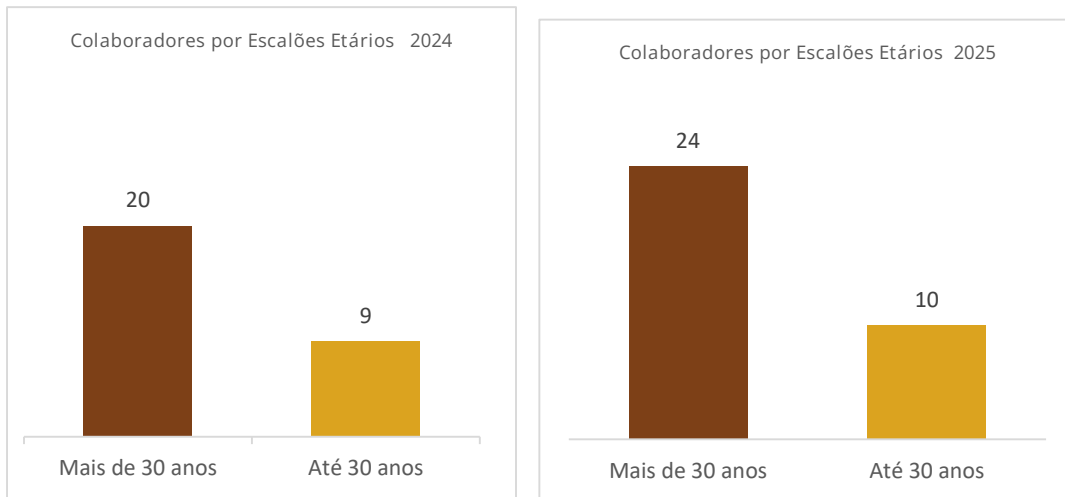


Gráfico n. °6- Colaboradores por Escalões Etários

Relativamente à capacitação profissional, foram realizadas as seguintes formações:

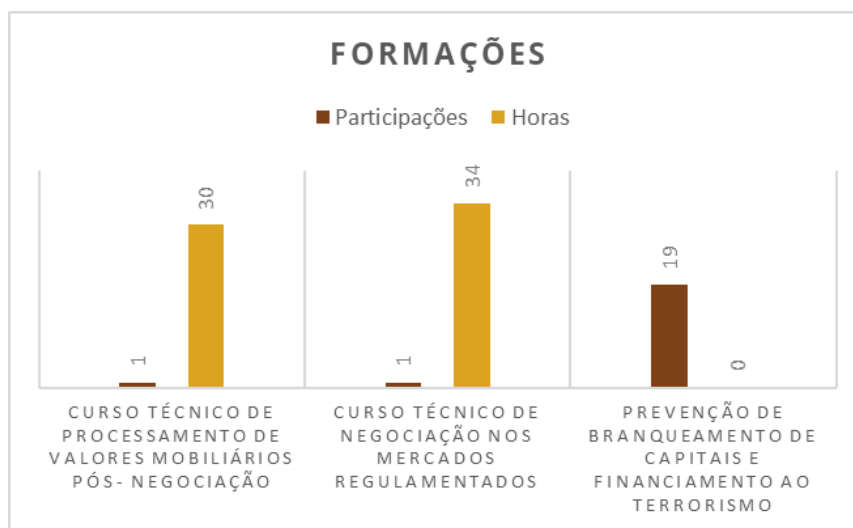


Gráfico n. °7- Formações

6. A Economia e o Mundo

De acordo com a última edição do relatório Perspectivas da Economia Global do Banco Mundial, a economia global está demonstrando maior resiliência do que o previsto, apesar das persistentes tensões comerciais e da incerteza política. A

projecção é de que o crescimento global se mantenha estável nos próximos dois anos, com uma leve queda para 2,6% em 2026, antes de subir para 2,7% em 2027 – uma revisão para cima em relação à previsão de junho.

Em 2025, o crescimento foi impulsionado pelo aumento do comércio em antecipação a mudanças políticas e ajustes rápidos nas cadeias de suprimentos globais. Espera-se que esses estímulos diminuam em 2026, à medida que o comércio e a demanda interna enfraqueçam. No entanto, de acordo com o relatório, a flexibilização das condições financeiras globais e a expansão fiscal em diversas grandes economias devem ajudar a amortecer a desaceleração. A inflação global deverá cair para 2,6% em 2026, refletindo a fragilidade do mercado de trabalho e a queda dos preços da energia. O crescimento deverá se recuperar em 2027, com o ajuste dos fluxos comerciais e a redução da incerteza política.

A cada ano que passa, a economia global demonstra menor capacidade de gerar crescimento e, aparentemente, maior resiliência diante da incerteza política”, afirmou Indermit Gill,² economista-chefe e vice-presidente sênior de Economia do Desenvolvimento do Grupo Banco Mundial . “Mas o dinamismo econômico e a resiliência não podem seguir caminhos separados por muito tempo sem causar danos aos mercados de crédito e às finanças públicas. Nos próximos anos, a economia global crescerá em um ritmo mais lento do que na turbulenta década de 1990, mantendo, ao mesmo tempo, níveis sem precedentes de dívida pública e privada. Para evitar a estagnação e o desemprego, os governos das economias emergentes e avançadas devem liberalizar vigorosamente o investimento privado e o comércio, conter o consumo público e investir em novas tecnologias e educação.”

Prevê-se que o crescimento das economias em desenvolvimento desacelere de 4,2% em 2025 para 4% em 2026, antes de aumentar gradualmente para 4,1% em 2027, à medida que as tensões comerciais diminuem, os preços das commodities se estabilizam, as condições financeiras melhoram e os fluxos de investimento se

² Indermit Gill Economista-Chefe do Grupo Banco Mundial e também o Vice-Presidente Sênior de Economia do Desenvolvimento da instituição.

fortalecem. Espera-se que o crescimento seja mais forte nos países de baixa renda, com uma média de 5,6% durante o período de 2026-2027, impulsionado por uma demanda interna mais forte, pela recuperação das exportações e pela moderação da inflação. No entanto, isso não será suficiente para reduzir a disparidade de renda entre as economias em desenvolvimento e as avançadas. O crescimento da renda per capita nas economias em desenvolvimento deverá ser de 3% em 2026, aproximadamente um ponto percentual abaixo da média de 2000-2019. A essa taxa, a renda per capita das economias em desenvolvimento deverá ser equivalente a apenas 12% do nível das economias avançadas.

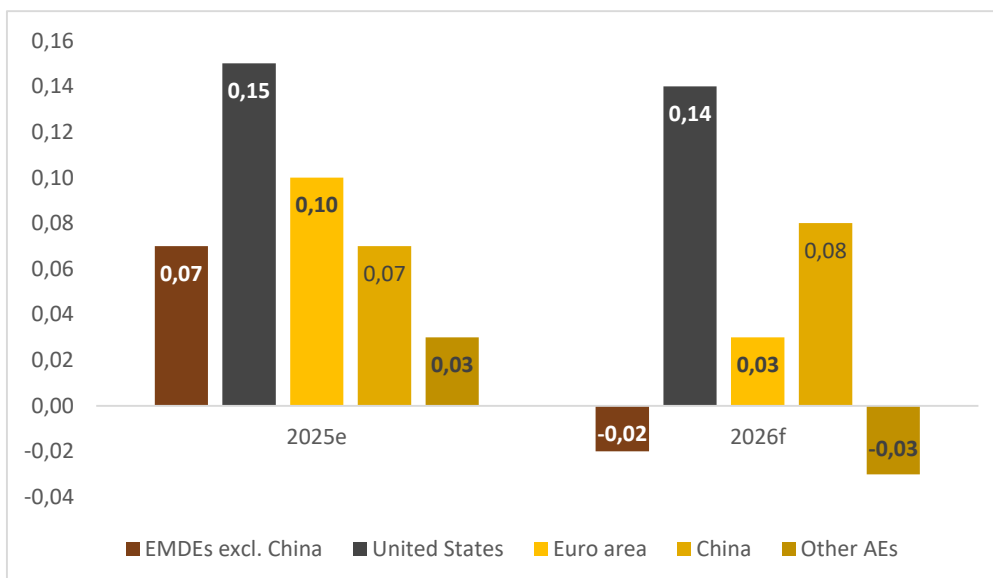


Gráfico nº8 -Projeções de Crescimento Económico 2025-2026³

Essas tendências podem intensificar o desafio da criação de empregos enfrentado pelas economias em desenvolvimento, onde 1,2 bilhão de jovens atingirão a idade activa na próxima década. Superar esse desafio exigirá um esforço político abrangente, focado em três pilares:

- ❖ O primeiro é o fortalecimento do capital físico, digital e humano para aumentar a produtividade e a empregabilidade.

³ Fonte: Banco Mundial

- ❖ O segundo é a melhoria do ambiente de negócios, aumentando a credibilidade das políticas e a segurança regulatória, para que as empresas possam se expandir.
- ❖ O terceiro é a mobilização de capital privado em larga escala para apoiar o investimento. Juntas, essas medidas podem ajudar a redirecionar a criação de empregos para empregos formais mais produtivos, apoiando o crescimento da renda e o combate à pobreza.

Além disso, as economias em desenvolvimento devem fortalecer sua sustentabilidade fiscal, que foi corroída nos últimos anos por choques sobrepostos, crescentes necessidades de desenvolvimento e maiores custos de serviço da dívida. Um capítulo específico do relatório apresenta uma análise abrangente do uso de regras fiscais em economias em desenvolvimento, que estabelecem limites claros para empréstimos e gastos públicos, visando auxiliar na gestão das finanças públicas. Essas regras estão geralmente associadas a um crescimento mais robusto, aumento do investimento privado, setores financeiros mais estáveis e maior resiliência a choques externos.

Actualmente, mais da metade das economias em desenvolvimento possui pelo menos uma regra fiscal em vigor. Essa categoria pode incluir limites para déficits fiscais, dívida pública, gastos governamentais ou arrecadação de receitas. Nas economias em desenvolvimento que adotam regras fiscais, o saldo orçamentário normalmente melhora em 1,4 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) após cinco anos, considerando-se os pagamentos de juros e as flutuações do ciclo econômico. O uso de regras fiscais também aumenta a probabilidade de uma melhoria plurianual nos saldos orçamentários em 9 pontos percentuais. No entanto, de acordo com o relatório, os benefícios de médio e longo prazo das regras fiscais dependem em grande parte da solidez das instituições, do contexto econômico em que são implementadas e de como são concebidas.

6.1. Mercados Emergentes e África Subsaariana

O crescimento econômico na região do Leste Asiático e Pacífico (EAP) moderou para cerca de 4,8% em 2025 mais forte do que o previsto em junho — ante 5,0% em 2024, refletindo um impacto menor e retardado das barreiras comerciais mais altas e da incerteza associada. Na China, o crescimento desacelerou para cerca de 4,9% em 2025, à medida que o estímulo fiscal apoiou o crescimento do consumo. As exportações foram resilientes devido à entrega antecipada antes da implementação das tarifas e do aumento das remessas para países fora dos EUA. O crescimento geral dos investimentos permaneceu morno, devido à contínua contração do investimento imobiliário à medida que o setor imobiliário se deteriorava ainda mais.

Na China, o crescimento desacelerou para cerca de 4,9% em 2025, à medida que o estímulo fiscal apoiou o crescimento do consumo. As exportações foram resilientes devido à entrega antecipada antes da implementação das tarifas e do aumento das remessas para países fora dos EUA. O crescimento geral dos investimentos permaneceu morno, devido à contínua contração do investimento imobiliário à medida que o setor imobiliário se deteriorava ainda mais.

Em outras partes do EAP, o crescimento diminuiu para cerca de 4,6% em 2025, ante 4,8% em 2024, refletindo uma desaceleração nas exportações. Isso foi maior do que as previsões de junho, devido à carga inicial das exportações, condições financeiras mais suaves e consumo privado resiliente. Algumas economias se beneficiaram da demanda por exportação de semicondutores impulsionada por inteligência artificial, como Malásia, Filipinas e Vietnã. O crescimento aumentou na sub-região das Ilhas do Pacífico para cerca de 4,2%.

Os riscos para a perspectiva regional continuam inclinados para baixo. Um novo aumento das tensões comerciais e a incerteza associada ou condições financeiras mais rígidas desacelerariam o crescimento global e reduziriam as perspectivas de crescimento na região. Outros riscos negativos incluem crescimento mais lento do que o esperado na China, incerteza política e agitação social em algumas economias,

e desastres naturais. Por outro lado, o impacto das barreiras comerciais mais altas pode ser limitado pela capacidade das empresas de se adaptarem, e as economias do PAE podem obter ganhos de produtividade com investimentos e adoções relacionadas à inteligência artificial, devido à sua maior prontidão digital.

Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão: As projeções indicam que o crescimento aumentará para 3,6% em 2026 e se fortalecerá ainda mais para 3,9% em 2027. Para mais informações.

6.2. A Economia Angolana

A economia angolana continua marcada por uma forte dependência do setor petrolífero, apesar dos esforços de diversificação. Após um crescimento robusto em 2024, o país entra em 2025 com desaceleração económica, refletindo desafios internos e externos. As projeções para 2026 indicam uma recuperação lenta e gradual, condicionada por reformas estruturais, estabilidade macroeconómica e desempenho do setor não petrolífero.

Em 2025, a taxa de câmbio entre o dólar americano (USD) e o kwanza (KZ) passou por algumas flutuações significativas. Segue-se um breve resumo da evolução ao longo do ano:

Ao longo do ano, a taxa de câmbio USD/KZ aumentou aproximadamente 9,90%, indicando uma valorização do Dólar Americano em relação ao Kwanza.

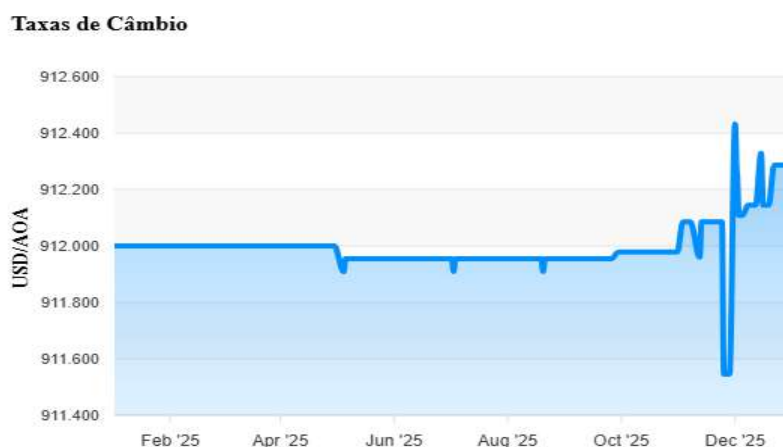


Gráfico n. °8- Taxas de Câmbio

A taxa de inflação anual em Angola caiu pelo 12º mês para 15,70% em dezembro de 2025, o nível mais baixo desde janeiro, ajudada pela relativa estabilização do kwanza. No gráfico abaixo é apresentado a linha de tendência da variação da inflação.

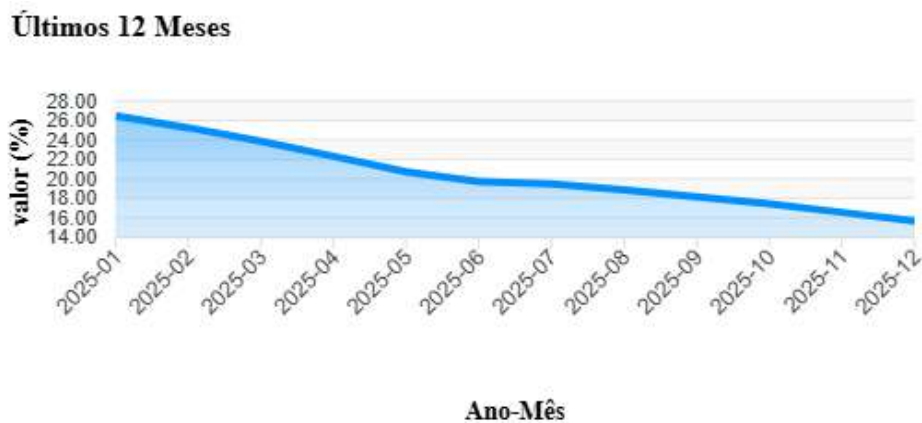


Gráfico n. °9-Taxas de Inflação 2025

O ambiente macroeconómico de Angola continua dinamizado por reformas estruturais, políticas de consolidação fiscal e esforços de diversificação para reduzir a dependência do setor petrolífero. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023–2027 mantém-se como quadro orientador das políticas públicas, com ênfase na melhoria do ambiente de negócios, na criação de emprego e na sustentação de políticas sociais inclusivas.

6.2.1. Crescimento Económico em 2024–2025

Em 2024, Angola registou um crescimento económico real de cerca de 4,4%, impulsionado pela recuperação do setor petrolífero e por uma forte expansão do setor não petrolífero (comércio, agricultura, pesca e serviços) resultando na melhor performance em vários anos.

Em 2025, o crescimento abrandou significativamente em comparação com 2024. Estimativas de diferentes instituições sugerem variações:

O FMI aponta para um crescimento real do PIB de cerca de 1,9%–2,1% em 2025, refletindo desacelerações no setor petrolífero e moderação no não petrolífero.

Outras fontes indicam valores próximos de 2,0%–2,3% para o crescimento económico em 2025, devido sobretudo à contração da produção petrolífera e aos desafios externos.

6.2.2. Projeções para 2026

As projeções para 2026 mostram perspectivas moderadas de crescimento, embora com alguma divergência entre as estimativas oficiais e as de organismos internacionais:

Banco Nacional de Angola (BNA): estima um crescimento do PIB angolano de cerca de 4,6% em 2026, com o setor não petrolífero a continuar a liderar a expansão económica (cerca de 3,5%) e uma retoma mais modesta do setor petrolífero.

FMI: na sua avaliação pós-financiamento e nas projeções de consulta ao abrigo do Artigo IV, prevê um crescimento mais contido, em torno de 2,0% em 2026, condicionada pela lenta recuperação do setor petrolífero e pela evolução das reformas estruturais.

6.2.3. Inflação e Política Monetária

A inflação anual tem vindo a reduzir, refletindo a desaceleração das pressões inflacionistas e uma gestão monetária mais estável. O BNA antecipa uma inflação em torno de 13,5% em 2026, inferior às taxas de anos anteriores.

6.2.4. Desafios e Riscos

Apesar das perspetivas de crescimento, persistem riscos significativos que podem influenciar os resultados económicos nos curto e médio prazos:

Dependência do setor petrolífero e vulnerabilidade a choques externos, incluindo preços do petróleo e condições dos mercados globais;

Serviço elevado da dívida pública, que continua a absorver uma proporção significativa das receitas orçamentais, restringindo a margem para investimento público em outras áreas prioritárias;

Incertezas fiscais e externas, com potencial impacto sobre a estabilidade macroeconómica se as reformas estruturais não avançarem com a profundidade necessária;

Divergência significativa entre as projeções oficiais e as de instituições externas (por exemplo, FMI e Banco Mundial), que pode refletir diferentes pressupostos sobre preços do petróleo, reformas e evolução de setores-chave.

7. Mercado de Capitais em Angola

O mercado de capitais angolano registou desenvolvimentos mistos, mas significativos, em 2025, impulsionados pela combinação de negociação de títulos do tesouro e IPO emblemático do BFA, no âmbito do PROPRIV. De seguida, apresentam-se os principais aspectos que marcaram a evolução do mercado de capitais ao longo do ano:

7.1. Desempenho da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva)

7.1.1. Montante Negociado

O total negociado na BODIVA ascendeu a AKZ 5,7 bilhões, representando uma redução de 5,4% face a 2024, equivalente a USD 6.279 milhões. A actividade de negociação manteve-se fortemente concentrada em instrumentos do Estado, em especial em títulos do Tesouro e operações de recompra (repos), tanto no mercado de bolsa como no mercado OTC.

Montante Total	2024	2025	Varição Anual
	6 055 665	5 726 467	-5,4%

Tabela^o10- Montante Negociado

Tipologia de instrumento	2025	Variação 25/24
Títulos do Tesouro	1 026 338	+43,7%
Bolsa de Acções	83 649	+1867,1%
Obrigações Privadas	639	+12,6%

Tabela nº11- Negociado por tipologias

O mercado de Repos manteve-se dominado pelas obrigações do tesouro em 2025, que representaram 98,4% das transacções totais. O valor total negociado atingiu AKZ 3.032.499 milhões (USD 3.325 milhões), uma redução anual de 30,5%, enquanto o volume de transacções quase duplicou.

Subsegmento	2025	Variação 25/24
Operações de Reporte	3 032 499	-30,5%

Tabela nº12- Segmento

A negociação de títulos do tesouro na bolsa angolana também recuperou, atingindo AKZ 1.026.338 milhões (USD 1.125 milhões), uma subida de 43,7% face ao ano anterior. A recuperação foi impulsionada pelo aumento de 71,9% nas obrigações do tesouro, que mais do que compensou a queda de 92,7% nos bilhetes do tesouro. A actividade foi mais intensa no terceiro e quarto trimestres, com setembro a destacar-se como o mês com os maiores volumes de instrumentos transaccionados.

O mercado de dívida privada manteve-se extremamente limitado, com um total de apenas AKZ 639 milhões (USD 701 mil) negociados, reflectindo uma recuperação modesta de 12,6% face a 2024. As transacções concentraram-se exclusivamente nos títulos da Sonangol 2023–28, uma vez que os títulos do Standard Bank de Angola não foram negociados. A negociação atingiu o pico no segundo trimestre, evidenciando a natureza esporádica da actividade neste segmento.

A evolução do mercado accionista ficou marcada pelo IPO do BFA, em setembro de 2025, que incluiu à venda de 29,75% das acções do banco no âmbito do PROPRIV. Este IPO aumentou significativamente tanto o valor como o volume negociado na bolsa, com o total de transacções a subir para AKZ 83.649 milhões (USD 91,7 milhões), sendo que mais de 95% ocorreram no quarto trimestre.

7.1.2. Emissão de Títulos e Instrumentos de Dívida

Em 2025, o governo e grandes empresas buscaram diversificar suas fontes de financiamento através da emissão de títulos públicos e títulos corporativos. Alguns pontos chave foram:

- **Títulos do Tesouro Nacional:** O governo continuou a emitir Obrigações do Tesouro para financiar o déficit orçamentário e garantir recursos para projectos estruturantes. Essas emissões foram um componente importante do mercado de capitais, com os investidores institucionais tendo um papel fundamental.
- **Taxa de Juros e Risco:** A taxa de juros alta, que foi um reflexo das políticas monetárias do Banco Nacional de Angola (BNA) para combater a inflação e estabilizar a economia, também teve um impacto significativo no mercado de dívida. Embora as taxas atractivas tivessem o potencial de gerar interesse, o risco cambial e a instabilidade económica tornavam esses investimentos mais arriscados.
- **IPO:** A Oferta Pública Inicial (IPO) do Banco de Fomento Angola, realizada em 2025, representou um marco histórico para o mercado de capitais do país. A operação consistiu na alienação de 29,75% do capital social do banco, totalizando cerca de 220,9 mil milhões de kwanzas (aproximadamente 239 milhões de dólares).

Trata-se da maior oferta pública já realizada no mercado bolsista angolano até o momento.

7.1.3. Cultura Financeira e Educação no Mercado de Capitais

A educação financeira e a disseminação da cultura de investimento continuam a ser temas importantes durante o ano de 2024. A maior parte da população ainda não está suficientemente preparada para se engajar de forma efectiva no mercado de capitais. Algumas iniciativas visaram aumentar a conscientização sobre os benefícios dos investimentos em acções, títulos e outros activos financeiros. Houve

o lançamento de programas voltados à educação financeira, que buscavam capacitar os investidores locais a tomar decisões mais informadas.

8. Desempenho da Inovadora Capital – SDVM

Na data de relato, a Inovadora Capital SDVM dispunha de uma carteira de cliente com 362 contas custodias, das quais 268 particulares e 94 institucional. Vale ressaltar que do total apresentado, 78 corresponde ao número de contas custodias abertas em 2025, distribuídos em 75 particulares e 3 contas institucionais.

Comparativamente com o exercício anterior, em 2025 observou-se crescimento na ordem 28% da carteira global, de 283 para 362, conforme ilustrado na figura abaixo:

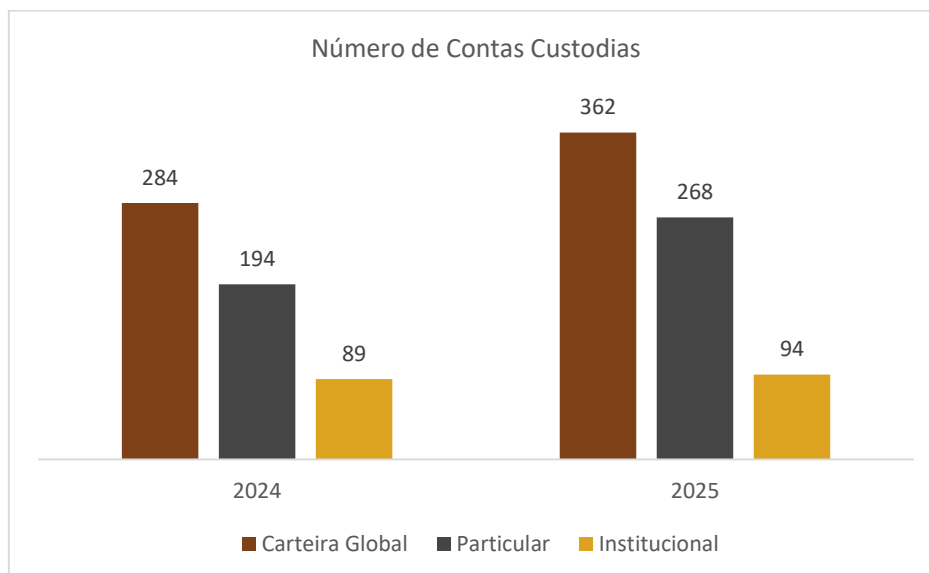


Gráfico n. °11- Abertura de Contas

8.1. Negócios realizados

Em 2025 foram realizadas 1078 operações nos mercados bolsitas, 94% acima comparativamente ao ano 2024, distribuídas em 928 transacções no Mercado de Dívida (pública e privada) ,105 no mercado de ações e 43 operações de REPO respetivamente. Conforme ilustrado na figura abaixo:

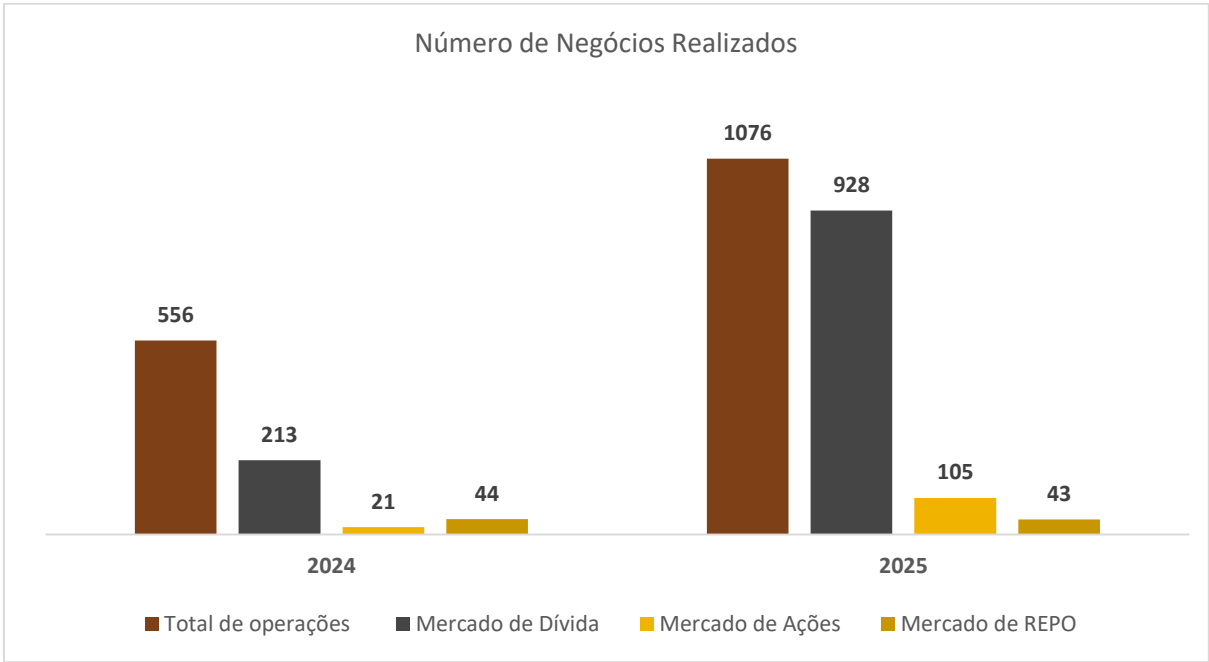


Gráfico n.º 12- Transacções

8.2. Montante Custodiado

8.2.1. Carteira de Cliente

No período em análise, o montante custodiado pela Inovadora capital situou-se na ordem de KZ 173.mil milhões e em moeda estrangeira com referencia ao USD 43 milhões. Das observações efectuadas, em termos de montantes custodiado em KZ, houve uma diminuição de 22% face 2024, enquanto para o montante custodiado em USD registou-se um aumento de 84% para 2025.

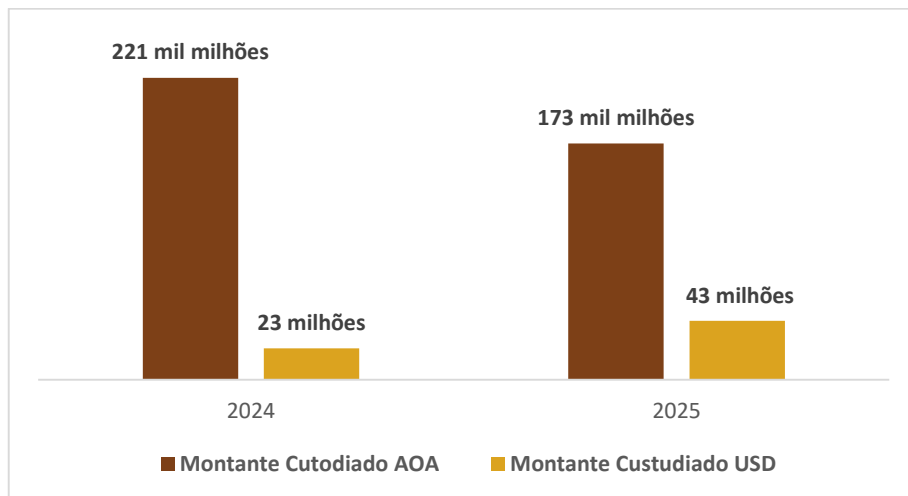


Gráfico n.º 13- Transacções

8.2.2. Carteira Própria

No que concerne ao montante custodiado da carteira própria, a 31 de dezembro de 2025 foi contabilizado em KZ 550 milhões, refletindo um crescimento de 19% acima quando confrontado com ano 2024 (462 milhões). Esta variação positiva justifica-se pela mais-valia dos instrumentos da carteira própria, bem como adopção de estratégia de *trading*.

9. Actividades e Factos Relevantes

O ano de 2025 foi marcado por numerosas actividades, promovidas por iniciativas próprias e de terceiras, com finalidade de activação da marca e fortalecer a cultura organizacional, bem como afirmar a presença e o impacto da Inovadora Capital junto do seu público alvo. Estas actividades reflectem o compromisso contínuo com a excelência, a inovação e a criação de valor em todas as nossas acções. Conforme refletido no quadro abaixo:

Promotor	Actividade
BODIVA	1ª Reunião de membro Bodiva 2025
Mangais Polo Club	1ª Edição Grand White Polo
CMC	4ª Edição CMC & U_Cerimónia Prémios
CMC	2ª Edição do Workshop de Intercâmbio Profissional entre Portugal e Angola
UGD	Apresentação dos Resultados do Plano Anual de Endividamento (PAE) Iº Semestre 2025
A EDUdigital e a SBA	Inteligência Artificial na Aprendizagem e a Governança de Riscos
BODIVA	RING THE BELL BODIVA-BFA
CMC	OF. PCMC Nº 860_SDVM_SCVM_Convite_Abertura da SMI

CMC	3ª Edição da Caminhada Rosa, Alusivo ao Outubro Rosa
Mangais Polo Club	2ª <i>Grand White Polo</i>
CMC	Workshop de Intercâmbio Profissional
CMC	Semana do investidor
CMC	Feira de Literacia e Inclusão Financeira
Executive Training.	Executive Summer

10. Análise Financeira

Ao longo do exercício de 2025, a empresa manteve a sua actividade em linha com o ano de 2024, no mercado em que opera, tendo alcançado KZ 693.061 milhares em Proveitos de Prestação de Serviços, libertando um crescimento de 27,5% comparativamente ao ano de 2024. Ao nível dos Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários atingiu um total KZ 100.681 milhares, obtendo uma variação positiva de KZ 15.534 milhões comparativamente ao ano de 2024.

Os Custos Administrativos e de Comercialização totalizaram KZ 542.054 milhares em Dezembro de 2025, representando um aumento de 22,9% face a 2024. Este crescimento foi impulsionado, sobretudo, pelo reforço do capital humano a nível de rendimentos e pela Penalidade Aplicada por Autoridade Reguladora (CMC).

Dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em milhares de kwanzas)

PROVEITOS	2025	2024	Varição	%
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	100 681	85 147	15 534	18,2%
Proveitos de Prestação de Serviços	693 061	543 533	149 528	27,5%
Proveitos não operacionais	4 390	0	4 390	n/a
TOTAL	798 131	628 680	169 452	45,8%
Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários	2 697	-3 890	-1 193	30,7%
CUSTOS	2025	2024	Varição	%
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	0	79	-79	-100,0%
Custos de Comissões, Corretagens e Custódias	73 958	25 212	48 746	193,3%
Custos Administrativos e de Comercialização	542 054	441 005	101 049	22,9%
- Pessoal	316 264	214 891	101 373	47,2%
- Fornecimentos de Terceiros	167 599	192 054	-24 455	-12,7%
- Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	18 838	10 874	7 964	73,2%
- Depreciações e Amortizações	24 353	23 125	1 228	5,3%
- Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	15 000	62	14 938	24201,7%
Outros custos não operacionais	4 835	16 337	-11 502	-70,4%
TOTAL	620 848	457 422	163 426	35,7%

Podemos constatar que a empresa continua a sua melhoria a nível de rácios, conforme quadro seguinte:

Indicadores Financeiros
Dezembro de 2025 e 2024

Descrição	2025	2024	Variações em Valor	Variações em %
BALANÇO				
Activo Total	1 168 135	838 132	330 002	39,37%
Activo Líquido	1 168 135	838 132	330 002	39,37%
Disponibilidades em Instituições Financeiras	160 331	153 811	6 519	4,24%
Títulos E Valores Mobiliários	686 699	560 351	126 348	22,55%
Recursos Alheios	6 489	6 489	0	0,00%
Outras Obrigações	379 960	247 563	132 398	53,48%
Fundos Próprios	781 686	584 080	197 606	33,83%
RESULTADOS				
Margem Financeira	100 681	85 067	15 614	18,35%
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	100 681	85 147	15 534	18,24%
Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	2 697	-3 890	-1 193	30,67%
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-79	-79	100,00%
Proveitos de Prestação de Serviços	693 061	543 533	149 528	27,51%
Custo com Pessoal	316 264	214 891	101 373	47,17%
FST's	167 599	192 054	-24 455	-12,73%
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	18 838	10 874	7 964	73,24%
Depreciações e Amortizações	24 353	23 125	1 228	5,31%
Resultado Líquido	179 980	142 156	37 824	26,61%
FINANCEIROS				
Adequação de capital e liquidez				
Fundos Próprios Regulamentares	781 686	584 080	197 606	33,83%
Activos Ponderados pelo risco	775 603	606 701	168 902	27,84%
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	100,78%	96,27%	0	4,51%
Limite de Imobilizado	4,72%	7,88%	0	-3,16%
Rentabilidade do Activo (ROA)	15,41%	16,96%	0	-1,55%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	23,02%	24,34%	0	-1,31%
Margem Financeira / Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	99,91%	0	0,09%
Cost to Income	66,40%	70,14%	0	-3,74%
FUNCIONAMENTO				
Número de Clientes	362	280	82	29,29%
Agências e Postos de Atendimento	1	1	0	0,00%
Nº Colaboradores (*)	27	29	-2	-6,90%

(*) 11 órgãos sociais, 2 B.Sol e 14 INC

11. Factos Relevantes ocorrido após o termo do Exercício

Até à data, não foram registados quaisquer factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que possam afectar de forma material a posição financeira da sociedade.

12. Aquisições e alienações de bens, os seus motivos e condições

Em 2025, não foram realizadas alienações de bens do activo. Contudo, foram adquiridos equipamentos administrativos e informáticos em condições favoráveis para a instituição, com o objectivo de reforçar a sua capacidade operacional.

No mês de Dezembro de 2025, foi celebrado um contrato para a reestruturação da rede de infraestrutura informática. Esta reestruturação teve como finalidade

melhorar as condições de funcionamento e reforçar a segurança da rede informática da instituição.

13. Perspectivas Para 2026

Um marco estrutural determinante para o sector é a transformação das SCVM e SDVM em Empresas Financeiras de Investimento (EFI). Esta mudança implica maior robustez institucional, reforço de capital, especialização técnica e padrões mais elevados de governação e supervisão prudencial. A transição permitirá ampliar a oferta de produtos e serviços, reforçar a actuação em mercados internacionais e alinhar o sector com as melhores práticas globais no mercado de capitais.

No contexto de 2026, e à luz desta evolução institucional, a estratégia da Inovadora Capital deverá estruturar-se em pilares fundamentais alinhados com esta nova realidade, nomeadamente os seguintes:

- **Posicionamento como futura EFI sólida e competitiva**

Reforçar a estrutura de capital, os mecanismos de governação corporativa e a capacidade técnica, preparando a instituição para actuar num quadro regulatório mais exigente, com maior amplitude operacional e responsabilidade prudencial.

- **Dinamização do mercado bolsista**

Intensificar a intermediação de acções na Bolsa de Dívida e Valores de Angola, com enfoque estratégico nos programas de privatizações, apoiando a dispersão de capital de empresas públicas, incentivando a subscrição de acções, e promovendo maior literacia financeira e a participação activa de investidores nacionais.

- **Financiamento estruturado da economia nacional**

Estruturar, organizar e distribuir emissões de obrigações corporativas para empresas dos sectores produtivos, contribuindo directamente para o financiamento da agricultura, indústria, energia e infra-estruturas, reforçando o papel do mercado de capitais como alternativa ao crédito bancário tradicional.

- **Promoção do mercado de títulos públicos**

Estimular a participação de investidores institucionais e particulares na subscrição de Bilhetes e Obrigações do Tesouro, fortalecendo o mercado secundário, aumentando a liquidez e promovendo maior profundidade financeira.

- **Captação de investimento estrangeiro**

Aproveitar o novo enquadramento institucional como EFI para estabelecer parcerias estratégicas internacionais, facilitando o fluxo de capitais externos para o mercado accionista e obrigacionista angolano, reforçando a credibilidade e visibilidade internacional da instituição.

Síntese Estratégica

O ano de 2026 deverá marcar uma fase de consolidação e afirmação estratégica, em que a Inovadora Capital se posicione como actor central na Bolsa de Dívida e Valores de Angola, nos processos de privatização e no financiamento estruturado da economia nacional.

A instituição deverá afirmar-se como Empresa Financeira de Investimento moderna, institucionalizada, tecnologicamente avançada, disciplinada na gestão de risco e diferenciada pela qualidade da sua governação e da sua proposta de valor, contribuindo de forma decisiva para o aprofundamento, credibilização e modernização do mercado de capitais em Angola.

14. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido de KZ 179.980 milhares tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados KZ 179.980 milhares.

15. Agradecimentos

Por fim, agradecemos profundamente a todos que contribuíram para os resultados de 2025. Aos colaboradores, pelo empenho, profissionalismo e dedicação diários.

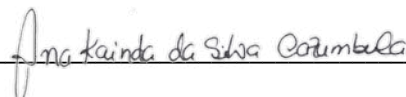
Aos acionistas, pela confiança e apoio que permitem consolidar nosso crescimento e garantir a sustentabilidade do negócio.

Estendemos nosso reconhecimento a todos os stakeholders clientes, fornecedores, parceiros e comunidades cuja colaboração e confiança são essenciais para o nosso sucesso. Seguimos comprometidos com a transparência, a responsabilidade e a geração de valor econômico, social e ambiental, certos de que os resultados alcançados são fruto do esforço coletivo de todos.

16. Outorgamento

Luanda, 25 de Março de 2026

O Conselho de Administração



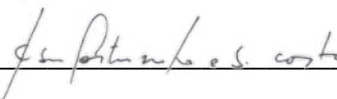
Ana Kainda da Silva Cazumbula

(Presidente do Conselho de Administração)



António Narciso Pena Francisco

(Administrador Executivo)



Edson Fortunato e Silva da Costa

(Administrador Não Executivo)



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

2025

Relatório do Auditor Externo às Contas Individuais

Ao Conselho de Administração da
Inovadora Capital, Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 1/22, de 9 de Fevereiro, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da Inovadora Capital, Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A. (a Sociedade), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1 168 135 milhares de kwanzas e um total de capital próprio de 781 686 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 179 980 milhares de kwanzas), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Mutações de Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Inovadora Capital, Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis às Instituições Financeiras Não Bancárias nos termos do regulamento da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) n.º 10/16 de 6 de Julho.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), de acordo com a Instrução n.º 4/CMC/12/25 sobre os Modelos de Relatórios a Elaborar por Auditor Externo Registado na CMC, bem como as demais Normas e Orientações Técnicas e Éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos previstos no Código de Ética da OCPCA.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela:

- ▶ Preparação e apresentação das demonstrações financeiras, que apresentem, de modo apropriado, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, nos termos do plano de contas aplicáveis às Instituições Financeiras Não Bancárias aprovado pelo regulamento da CMC n.º 10/16 de 6 de Julho;
- ▶ Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, devido à fraude ou a erro;
- ▶ Elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório do Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ Adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, tendo em conta as circunstâncias;



- ▶ Avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido à fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ Identificámos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido à fraude ou a erro, concebemos e executámos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtivemos prova de auditoria que fosse suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido à fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ Avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas actividades;
- ▶ Avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ Comunicámos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

O nosso exame abrangeu ainda a verificação:

- i. Da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas; e
- ii. Do cumprimento dos elementos obrigatórios do Relatório Anual de Governo Societário constantes do Anexo III do Regulamento n.º 2/25, de 24 de Junho, sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao previsto no artigo 35.º do Regulamento n.º 2/25, de 24 de Junho, sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade, nos termos do Anexo III ao referido Regulamento, não tendo sido identificadas incorrecções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto previsto no referido Anexo.

Luanda, 26 de Março de 2026

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Ricardo André
(Perito Contabilista n.º 20140027)



Sílvia Silva
(Partner)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

2025

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

Senhores Accionistas da Inovadora Capital - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A.

Nos termos da legislação aplicável e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal da Inovadora Capital - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SU), S.A. apresenta o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Por deliberação do accionista único da Sociedade, tomada em 20 de Janeiro de 2026, foi eleito o novo Conselho Fiscal, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades Comerciais de Angola e nos Estatutos da Sociedade.

Atendendo, porém, a que a Sociedade se encontra sujeita à supervisão prudencial e comportamental da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), a entrada em funções dos membros eleitos encontra-se sujeita ao procedimento de verificação e validação regulatória aplicável, o qual, à data da emissão do presente relatório, ainda se encontra em curso.

Nestes termos, e em observância do princípio da continuidade dos órgãos sociais e da necessidade de assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de fiscalização da Sociedade, os membros do Conselho Fiscal eleitos para o mandato anterior mantêm-se no exercício das respectivas funções até à conclusão do referido processo regulatório e consequente início de funções do novo órgão.

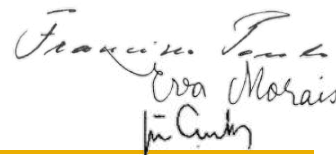
Assim, o presente Relatório e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 é emitido e subscrito pelos membros do Conselho Fiscal em funções, sem prejuízo da eleição do novo Conselho Fiscal, nos termos da deliberação acima referida.

Durante o exercício em referência, acompanhámos, com a regularidade e profundidade consideradas adequadas, a actividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como a eficácia dos sistemas de controlo interno, os quais se revelam, de um modo geral, adequados à natureza, dimensão e complexidade das actividades desenvolvidas pela Sociedade.

Para o efeito, solicitámos e obtivemos do Conselho de Administração e das diversas áreas da Sociedade todos os esclarecimentos e informações considerados necessários ao adequado desempenho das nossas funções.

Examinámos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, preparadas pelo Conselho de Administração, incluindo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às Instituições Financeiras Não Bancárias.

Analisámos igualmente o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o qual descreve de forma consistente a evolução da actividade da Sociedade, o enquadramento económico e os principais riscos e perspectivas.



Francisco José da Silva
Eva Morais
p. André

SEDE

Tomámos ainda conhecimento do Relatório emitido pelo Auditor Externo, a Ernst & Young Angola, que expressa uma opinião sem reservas sobre as referidas demonstrações financeiras.

No decurso dos nossos trabalhos, verificámos que a Sociedade apresentou, no exercício de 2025, uma evolução positiva da sua actividade, evidenciada, designadamente, pelo crescimento dos proveitos operacionais e pela obtenção de um resultado líquido positivo no montante de Kz 179.980 milhares, bem como pelo reforço dos seus fundos próprios.

Sem prejuízo do exposto, registámos a existência de determinadas matérias que mereceram a nossa atenção, designadamente:

- O reconhecimento de uma penalidade aplicada pela entidade reguladora (CMC), no decurso do exercício;
- A relevância de saldos com partes relacionadas, nomeadamente com o accionista;
- A utilização de estimativas e julgamentos contabilísticos na mensuração de determinados activos financeiros (acrécimo - taxa da CMC)

Estas situações foram devidamente analisadas pelo Conselho Fiscal, não tendo sido identificados impactos que coloquem em causa a adequação das demonstrações financeiras ou a continuidade das operações da Sociedade.

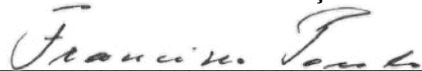
Com base no trabalho realizado e nas informações recebidas no âmbito das nossas funções de fiscalização, não identificámos quaisquer factos que levem a concluir que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 não apresentem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis.

Nestes termos, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido e os documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral delibere no sentido de:

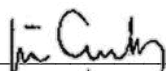
- a) Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- b) Aprovar as Contas e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2025.

Luanda, 26 de Março de 2026.

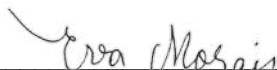
**O CONSELHO FISCAL
EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES**



Francisco Jerónimo Paulo
(Presidente)



João Artur Camilo Gonçalves
(Vogal)



Eva Cristina da Silva de Carvalho Morais
(Vogal)

SEDE